

Análise da eficácia do Fundo de Investimento de Iniciativa Local como Instrumento de Crédito Público para a Promoção do Desenvolvimento Económico Local – o Caso do Distrito de Eráti

Lázaro Augusto Conde Arvista Nhangombe

Trabalho de Licenciatura em Economia

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Economia

Maputo, Moçambique

Dezembro de 2012

Análise da eficácia do Fundo de Investimento de Iniciativa Local como Instrumento de Crédito Público para a Promoção do Desenvolvimento Económico Local - O Caso do Distrito de Eráti

Lázaro Augusto Conde Arvista Nhangombe

Trabalho de Licenciatura apresentado à Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Economia

Supervisor: Dr. Eduardo Neves

Maputo, Moçambique

Dezembro de 2012

DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho é de minha autoria e resulta da minha própria investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para a obtenção de um grau académico numa instituição educacional.

Maputo, aos ____ de _____ de 2012

(Lázaro Augusto Conde Arvista Nhangombe)

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com a classificação de _____ correspondente a _____ valores no dia ____ de _____ de 2012 por nós, membros do Júri examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

(O Presidente do Júri)

(O Arguente)

(O Supervisor)

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a minha Mãe Chica Arvista
e ao meu Pai Augusto Arvista (em memória)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo que, misericordiosamente, me tem protegido até ao dia de hoje.

A realização deste trabalho foi possível graças à colaboração de pessoas às quais não poderia deixar de manifestar o meu sincero agradecimento.

Agradeço à minha Mãe, por me ter mostrado o caminho do Senhor na minha meninice e pelo apoio e carinho prestados durante o período da minha formação.

Queria deixar aqui expressa uma palavra muito especial de agradecimento ao Dr. Eduardo Neves e ao Dr. Artur Gobe, pela orientação científica deste trabalho, que me auxiliaram com valiosas sugestões e revisões do manuscrito, manifestando sempre uma elevada disponibilidade de tempo.

Pelas informações, contribuições e comentários, prestados estendo igualmente a minha gratidão ao Dr. Constantino Marrengula, à Dra. Maria Isabel Munguambe ao Sr. Vicente Paulo, à Dra. Fátima Amade, ao Dr. Ívan Aricuzaga, ao Dr. José Macamo, ao Christian e ao meu irmão Francisco Bernardo Arvista.

Os meus agradecimentos são extensivos a todos os docentes da Faculdade de Economia pelo inquestionável contributo que deram à minha formação académica.

Ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Moçambique), pelo patrocínio, na disponibilização de fundos e material de trabalho, o que me possibilitou a condução dos inquéritos, bem como ao Governo Local do distrito de Eráti pela recepção e excelente colaboração prestada.

Pelas orações incessantes e apoio moral aos meus irmãos, primos e tios biológicos, aos meus pais no Senhor, e a todos irmãos em Cristo.

Por fim, e, não menos importante, manifesto o meu reconhecimento a todos os que, directa ou indirectamente, me prestaram apoio e incentivo na realização deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo analisa a contribuição do Fundo de Investimento Local (FIIL) no processo de desenvolvimento económico local, enquanto instrumento de crédito público, em particular no caso do distrito de Eráti.

No desenvolvimento desta pesquisa, seguiu-se a abordagem econométrica donde foram usadas para análise a variável independente (i) *Fundo de Investimento de Iniciativa Local (FIIL)*, medido a partir do valor do fundo disponibilizado ao distrito em estudo, e, como variável dependente, (ii) *Desenvolvimento Económico Local (DEL)*, medido pelos níveis de produção agrícola, disponibilidade e acesso ao consumo para a satisfação das necessidades de alimentação das populações. Para o efeito, realizou-se um trabalho de campo donde foram entrevistados 225 chefes de agregados familiares ou seus representantes dos quais são 25 beneficiários directos do fundo pertencentes a três (3) postos administrativos do distrito de Eráti, nomeadamente, Namapa, Alua e Namirôa.

Os resultados do período 2006 a 2008 apontam para melhorias significativas dos níveis de produção agrária, dos níveis de consumo e de emprego dos entrevistados. Porém, estes resultados não estão exclusivamente relacionados com o papel do FIIL, mas envolvem outros factores de desenvolvimento económico.

Os níveis de reembolso registados no período em estudo foram baixos, estando associados, dentre vários aspectos, à falta de contratos claros nos empréstimos, ao problema da assimetria de informação e à forma de organização económica. Esses níveis puderam de alguma forma comprometer a rotatividade do Fundo e consequente sustentabilidade.

Com base no estudo feito, a conclusão a que se chega é que o Fundo de Investimento de Iniciativa Local é considerado um instrumento de crédito público eficaz na promoção do desenvolvimento económico do distrito de Eráti, na medida em que os esforços locais materiais, financeiros e humanos respondem às questões básicas do aumento da produção, do acesso ao alimento e ao emprego.

Palavras – Chaves: Fundo de Investimento de Iniciativa Local, Financiamento Rural, Desenvolvimento Económico Local, Produção Agro-pecuária e Emprego.

Lista de Tabelas

- Tabela 1** Produção Agrícola de 2003 a 2008
- Tabela 2** Unidade de efectivos pecuários existentes no distrito de Eráti de 2003 a 2008
- Tabela 3** Taxas de crescimento da produção agrícolas de 2003 a 2008
- Tabela 4** Dados comparativos entre a produção global do distrito e o impacto dos projectos no contexto do FIIL
- Tabela 5** Distribuição do FIIL por postos administrativos de 2006 a 2008
- Tabela 6** Faixa etária dos inquiridos e respectiva distribuição de frequências
- Tabela 7** Nível de escolaridade dos 225 chefes de agregado familiar entrevistados
- Tabela 8** Sumário estatístico das idades da população entrevistada
- Tabela 9** Correlação e Coeficiente de Determinação (R^2)

Lista de Gráficos

- Gráfico 1** Evolução e distribuição funcional do FIIL, de 2006 a 2008
- Gráfico 2** Relação de projectos submetidos, aprovados e reprovados no distrito de Eráti de 2006 a 2008
- Gráfico 3** Distribuição do FIIL por sectores e culturas específicas de 2006 a 2008
- Gráfico 4** Resultado do Inquérito sobre o impacto do FIIL no emprego e segurança alimentar
- Gráfico 5** Resultado de inquéritos relativo aos constrangimentos do reembolso do FIIL
- Gráfico 6** Áreas e produção planeada e efectivas no período 2006 a 2008
- Gráfico 7** Comparação da Produção agrícola entre a produção global do distrito com a produção pelos beneficiários entrevistados como não entrevistado
- Gráfico 8** Evolução de número de efectivos pecuários no distrito de Eráti, de 2003 a 2008

Gráfico 9 Evolução de número de projectos e postos de trabalho no distrito de Eráti, de 2003 a 2008

Gráfico 10 Contribuição do emprego no âmbito do FIIL, em 2008

Lista de Apêndices

APÊNDICE 1 Estatísticas de produção agrária e dados sobre o FIIL no distrito de Eráti

APÊNDICE 2 Caracterização da população entrevistada

APÊNDICE 3 Tabela de análise de dados

APÊNDICE 4 Modelos de questionários

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

ADEL	Agência de Desenvolvimento Económico Local
ADELs	Agências de Desenvolvimento Económico Local
AGRICOM	Empresa estatal de escoamento e comercialização agrícola responsável pelo estabelecimento do equilíbrio entre zonas de um mesmo distrito, ou província, em matéria de produção alimentar
APPI	<i>Anti-Poverty Partnership Initiatives</i>
CARE	Empresa de assistência de emergência para pessoas afectadas pela guerra
CEPAL	Comissão Económica para América Latina e Caraibas
CIF	<i>Cost Insurance and Freight</i> (Custo da mercadoria incluindo despesas de transporte e seguro até a fronteira de entrada)
DEL	Desenvolvimento Económico Local
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
FIIL	Fundo de Investimento de Iniciativa Local
GTZ	Cooperação Técnica Alemã
INE	Instituto Nacional de Estatística
KULIMA	Organização para o Desenvolvimento Sócio – Económico Integrado
LOLE	Lei dos Órgãos Locais do Estado
MAE	Ministério da Administração Estatal
OIT	Organização Internacional de Trabalho
ONG's	Organizações Não Governamentais
PARPA	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
PDHL	Programa de Desenvolvimento Humano a Nível Local
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

PPI	Plano Prospectivo Indicativo
PQG	Plano Quinquenal do Governo
PRE	Plano de Reabilitação Económica
PRES	Plano de Reabilitação Económica e Social
R²	Coefficiente de determinação
SDAE	Serviços Distritais das Actividades Económicas
SETSAN	Secretariado Técnico para a Segurança Alimentar e Nutricional
SNE	Sistema Nacional de Educação
TIA	Inquérito ao Agregado Familiar
UNCTAD	<i>United Nations Commerce and Trade Agriculture Development</i>
UNOPS	<i>United Nations Office for Project Services</i>

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	v
Lista de Tabelas	vi
Lista de Gráficos	vi
Lista de Apêndices	vii
Lista de Abreviaturas e Acrónimos.....	viii
I. INTRODUÇÃO	1
1.1. O problema de pesquisa.....	2
1.2. Hipóteses.....	3
1.3. Objectivo Geral.....	3
1.4. Objectivos Específicos.....	3
1.5. Justificação do estudo	4
1.6. Estrutura do trabalho.....	4
II. METODOLOGIA	6
2.1. Universo e Amostra	6
2.2. Análise de Dados	7
2.3. Limitações do Estudo.....	8
III. REVISÃO DE LITERATURA.....	9
3.1. O Papel do Estado na Economia.....	9
3.2. Abordagens, Alternativas e Constrangimento do Financiamento Rural.....	10
3.2.2. Alternativas do Financiamento Agrário.....	13
3.2.3. Rentabilidade e Sustentabilidade do Financiamento Rural	15
3.2.4. Constrangimentos no Financiamento Rural.....	16
3.2.5. Constrangimentos da Produção Rural.....	16
3.3. Crescimento e Desenvolvimento Económico	17

3.4.	Desenvolvimento Económico Local como um Processo	18
IV.	ESTUDO DE CASO	22
4.1.	Localização e descrição do distrito de Eráti	22
4.2.	Antecedentes do FIIL.....	24
4.3.	Enquadramento Jurídico do Fundo de Investimento de Iniciativa Local	25
4.4.	Critérios de gestão do FIIL no distrito de Eráti	26
4.5.	Evolução do FIIL	27
4.6.	Caracterização da população entrevistada	30
4.7.	Padrões de Produção Agro-pecuária e Segurança Alimentar no distrito de Eráti	32
4.7.1.	Produção agrícola de 2003 a 2008	32
4.7.2.	Produção pecuária de 2003 a 2008	34
4.7.3.	Segurança Alimentar no Distrito	35
4.7.4.	Comercialização agrária e sua acessibilidade ao corredor de desenvolvimento do norte .	36
4.9.	Discussão de Resultados	39
V.	CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DOS RESULTADOS	42
5.1.	Conclusões	42
5.2.	Implicações dos resultados do estudo	44
	BIBLIOGRAFIA	45
	APÊNDICE.....	48

I. INTRODUÇÃO

De um modo geral, o meio rural em Moçambique é onde se concentra a maior parte da população activa e apresenta elevados níveis de incidência da pobreza e falta de recursos materiais e financeiros para alimentar iniciativas de investimento.

À luz do Decreto-lei dos Órgãos Locais do Estado, que define o distrito como o pólo de desenvolvimento, o Governo decidiu criar o Fundo de Investimento de Iniciativa Local (FIIL), com vista à geração de emprego, produção de alimentos e combate à pobreza absoluta.

A pesquisa apresenta, como referencial teórico, o papel do Estado e diversos estudos feitos sobre a temática do financiamento, nomeadamente a importância, as abordagens, a rentabilidade e a sustentabilidade do financiamento rural, no processo de desenvolvimento económico.

O desafio foi contribuir com o avanço teórico da abordagem da institucionalização gradual do financiamento rural nos locais de maior necessidade, onde se constata a inexistência de ambiente favorável para desenvolver negócios e onde se regista a ausência da banca, em detrimento de locais de menor necessidade por serem de poupança excedentária.

Avaliar se o FIIL constitui um instrumento de crédito público para a promoção do Desenvolvimento Económico Local é olhar para a questão do bem-estar das pessoas com a máxima representatividade possível, ou seja, olhar com cuidado para a questão do empandeiramento dos cidadãos mais desfavorecidos, a renda das pessoas e a questão dos territórios; atentar para as questões de provisão de serviços básicos (saúde, educação, água potável) e sua liberdade no geral. Para o presente trabalho, foi desenvolvida a análise econométrica donde as variáveis consideradas foram o Fundo de Investimento de Iniciativa Local (FIIL) e Desenvolvimento Económico Local, este último expresso em termos volumes de produção agrária e níveis de postos de trabalho gerados na gestão do FIIL.

1.1. O problema de pesquisa

O presente trabalho pretende avaliar a eficácia do Fundo de Investimento de Iniciativa Local (FIIL) no desenvolvimento económico, começando por identificar a relação existente entre as variáveis em estudo, nomeadamente o Fundo de Investimento de Iniciativa Local (variável explicativa, como meio) e o Desenvolvimento Económico do distrito de Eráti (variável explicada, como um fim) na sua forma multifacetada.

Segundo Webber (1991), qualquer análise reflexiva concernente aos últimos elementos da actividade humana, em princípio, está ligada às categorias do “fim” e dos “meios” e, em primeiro lugar, o mais importante para um estudo científico é a questão da conveniência dos meios em face dos fins desejados.

Em 2006, o Governo de Moçambique decidiu alocar o Fundo de Investimento de Iniciativa Local a todos os distritos, através da Lei 12/2005 de 23 de Dezembro de 2005, no âmbito da operacionalização da lei 08/2003 de 19 de Maio de 2003, que determina o distrito como a unidade de gestão e execução orçamental.

Assim, os fundos alocados constituiriam um instrumento de crédito público subsidiado¹ para a promoção do desenvolvimento económico dos distritos no que tange à geração de emprego, aumento da produção de alimentos e geração da renda para a erradicação da pobreza absoluta no meio rural mediante a exploração das suas potencialidades.

O relatório da UNCTAD, *World Investment Report 2009*, refere que a agricultura continua a ser a principal actividade para os países em desenvolvimento, pois ela providencia sustento, assistência às famílias e define as suas tradições. O relatório refere ainda que, para a maior parte dos países em desenvolvimento, a agricultura é ainda o sector que se encontra incipiente. Isso acontece porque muitos desses países negligenciam este sector privilegiando a industrialização, não reconhecendo porém a interdependência entre estes dois sectores, aliado à falta de financiamento e a escassez de outros recursos.

¹ Crédito público subsidiado é aquele que é colocado a uma taxa de juro abaixo do que o mercado oferece. Nesta operação, o Estado arca com os custos inerentes a diferença entre a taxa de juro de mercado e a taxa que o Estado oferece aos beneficiários

Nesta ordem de raciocínio, muito provavelmente, o constrangimento do financiamento à agricultura, sendo esta a principal actividade e fonte de renda para Moçambique pode ter sido a razão que influenciou o Governo Moçambicano a estabelecer o Fundo de Investimento de Iniciativa Local, como um instrumento de crédito público.

Actualmente, questiona-se a eficácia do FIIL face aos baixos índices de reembolso por parte dos beneficiários. Deste modo, este trabalho procura responder às seguintes perguntas: *De que modo o FIIL está a influenciar o processo de desenvolvimento económico do distrito de Eráti? Será que o objectivo de incremento da produção alimentar e de auto emprego está sendo alcançado? Qual é o grau de eficácia do FIIL em termos de variação dos volumes de produção e auto-emprego conseguido?*

1.2. Hipóteses

Para responder às perguntas de pesquisa, duas hipóteses foram levantadas:

- **H₁**: O FIIL teve um impacto significativo na produção de alimentos e geração de emprego medido pelo grau de relação entre as duas variáveis contribuindo assim para o processo de desenvolvimento económico e social do distrito;
- **H₂**: O FIIL não teve um impacto significativo na produção de alimentos e geração de emprego medido pelo grau de relação entre as duas variáveis no distrito de Eráti durante o período em análise;

1.3. Objectivo Geral

O presente trabalho tem como objectivo analisar a eficácia do Fundo de Investimento de Iniciativa Local, enquanto instrumento de crédito público, para promover o desenvolvimento económico no distrito de Eráti.

1.4. Objectivos Específicos

- Analisar as dinâmicas do desenvolvimento agrário do distrito durante o período 2003 a 2008;
- Apresentar e discutir os mecanismos de gestão do FIIL durante o período 2006 a 2008;

- Identificar os constrangimentos da gestão do FIIL para o desenvolvimento económico;
- Identificar as abordagens de financiamento público para o desenvolvimento económico local integrado;
- Apresentar as implicações do FIIL na promoção de mudanças económicas e de segurança alimentar no distrito.

1.5. Justificação do estudo

A temática do Desenvolvimento Económico Local (DEL) permite aos políticos, investidores e comunidades envolvidas adquirir compreensão sobre as oportunidades para aumentar e atrair mais investimentos, que permitam a expansão das bases económicas e contribuam para a geração do emprego. O Desenvolvimento Económico Local permite também a criação e adopção de programas e projectos estratégicos para remover os obstáculos e facilitar os investimentos.

Tendo em conta que o meio rural é onde se encontra 70% da população (Censo 2007), sendo a que mais enfrenta os problemas de segurança alimentar e de vulnerabilidade aos efeitos das calamidades naturais, é importante conduzir-se um estudo cujo objecto é o meio onde nos últimos anos o Estado tem injectado fundos para reverter o precário estágio rural.

A escolha de um distrito da Província de Nampula deve-se ao facto desta ser a primeira a implementar o programa de Planificação e Finanças Descentralizadas² e de ter uma larga experiência, de 15 anos na implementação desse programa. Em particular, escolheu-se o distrito de Eráti por se considerar um dos distritos beneficiários e com elevado grau de organização de dados necessários ao estudo, por um lado, e, por outro, por ser o segundo distrito mais populoso da província de Nampula.

1.6. Estrutura do trabalho

O presente trabalho encontra-se subdividido em 5 capítulos.

Assim, o primeiro capítulo, a Introdução, apresenta a problemática e a relevância do estudo, os objectivos, as hipóteses, e a razão da escolha do tema;

² O Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas foi instituído em 1996, na sua fase piloto na Província de Nampula

O segundo capítulo, a Metodologia, apresenta as técnicas e os aspectos gerais que orientaram a presente pesquisa;

O terceiro capítulo, a Revisão da Literatura, apresenta parte do que já foi escrito ou aspectos ligados ao tema do estudo;

O quarto capítulo, o Estudo de Caso apresenta os dados recolhidos durante o trabalho de campo e faz a análise da gestão do FIIL e mostra a sua relação com o processo de desenvolvimento económico do distrito de Eráti; Discussão e análise de resultado, onde foi reservado ao desenvolvimento e

O quinto e último capítulo, trata das conclusões e as implicações dos resultados do estudo.

II. METODOLOGIA

O presente capítulo apresenta as etapas que foram seguidas para a elaboração deste trabalho bem como os instrumentos utilizados na recolha de dados.

Para a recolha de informação utilizaram-se os métodos de pesquisa Bibliográfica, Documental e Estudo de caso.

Assim, na primeira fase, fez-se a pesquisa bibliográfica (fontes secundárias) sobre o financiamento e o desenvolvimento económico local, através da consulta de livros e artigos diversos, encontrados tanto na biblioteca assim como em alguns *sites* disponíveis na *internet*.

Na segunda fase, respeitante ao estudo de caso, fez-se a recolha de informação a partir de fontes primárias, através de entrevistas e inquéritos dirigidos, nomeadamente, funcionário da Direcção Provincial de Plano e Finanças de Nampula, ao Oficial do Programa PNUD - PPF, ao Assessor do PPF Nampula, ao Administrador do distrito de Eráti, a membros do Conselho Consultivo, e a parte de beneficiários do FIIL e membros da comunidade local.

As entrevistas decorreram de 4 a 6 de Dezembro de 2008, sob permissão da Direcção Provincial de Plano e Finanças de Nampula e do Governo local do distrito de Eráti, foram conduzidas por via de questionários às 225 famílias distribuídos em grupo de 105, 70 e 50 representantes dos agregados familiares pertencentes respectivamente aos postos administrativos de Namapa-Sede, Alua e Namirôa. As entrevistas foram conduzidas com o apoio de 3 jovens residentes, desmobilizados de guerra, com a 12ª classe feita e com domínio da língua local, os quais foram designados pelo Governo Local de Eráti, com o financiamento do PNUD, tendo beneficiado de um treinamento prévio sobre como conduzir correctamente as entrevistas.

2.1. Universo e Amostra

A selecção dos entrevistados foi feita de forma aleatória sistemática, para os 225 chefes de agregado familiar (dos quais 25 eram beneficiários directo do FIIL) em intervalo de 5, num universo de 68.378 agregados dos três postos administrativos apurados no Censo 2007. Os inquéritos conduzidos foram dirigidos a dois grupos, o primeiro composto por 200 pessoas independentes do FIIL e o segundo composto por 25 pessoas beneficiárias directas do FIIL. O

critério de escolha deste último grupo foi o factor localização e disponibilidade dos entrevistados.

2.2. Análise de Dados

A abordagem da pesquisa foi econométrica, tendo sido usadas para análise as seguintes variáveis:

- Variável independente: (i) *Fundo de Investimento de Iniciativa Local (FIIL)*, medido a partir do valor do fundo disponibilizado ao distrito em estudo.
- Variável dependente: (ii) *Desenvolvimento Económico Local (DEL)*, medido pelos níveis de produção agrícola, disponibilidade e acesso ao consumo para a satisfação das necessidades de alimentação das populações.

Os dados colectados foram agrupados e analisados em função das variáveis referidas, recorrendo-se ao programa *Microsoft Excel*.

Com esse programa foi possível a produção de tabelas, estatísticas, gráficos, bem como o cálculo dos coeficientes de determinação, medidas de tendência central e de dispersão constantes no texto e nos apêndices do presente trabalho.

O coeficiente de determinação foi calculado pela seguinte fórmula:

$$R^2 = \frac{\sum(Y' - Y^*)^2}{\sum Y - Y^*)^2} = \frac{\text{Variação Explicada}}{\text{Variação Total}}$$

Onde:

Y é o valor real ou observado da variável dependente

Y' é o valor estimado da variável dependente Y

O R^2 é expressa em que medida a variação total da variável dependente Y é explicada pela variação da variável independente X.

2.3. Limitações do Estudo

A amostra apresentada, o número de beneficiários directos e indirectos do FIIL, é cerca de 9 % de um total de 264, as conclusões a que se chegou são limitadas e podem ser passíveis de alterações a medida que a amostra for aumentando.

Constituiu ainda outra limitação do estudo a não inclusão de dados sobre os bens duradoiros, por questões inerentes a recursos (financeiros e tempo) não foi possível de forma directa tratar desses aspectos tendo apenas se centrado no nível de emprego criado, valor da produção agrária e a sensibilidade das comunidades com relação ao FIIL.

III. REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo pretende dar o enquadramento teórico e procura analisar o papel do Estado na promoção da eficiência económica e equidade distributiva as questões relativas ao financiamento, nas quais se destacam as suas abordagens, as suas alternativas, os seus constrangimentos e os instrumentos públicos usados na promoção do desenvolvimento económico.

3.1. O Papel do Estado na Economia

Adam Smith (1776), citado por FILHO (2006), na sua obra a riqueza das nações, demonstra que a economia possui a sua lógica: Os agentes económicos, buscando satisfazer os seus interesses individuais, espontâneamente, organizam a economia de forma eficiente através do que chamou de *mão invisível*. Referiu que essa mão invisível corresponde ao conjunto de forças individuais operando na mais pura concorrência para satisfazer os seus desejos, seja, realizando as necessidades de vendas (oferta) e de compra (demanda). Na sua visão, o Estado quando interfere, perturba a realização de impulsos e necessidades individuais naturais.

Porém, Keynes na sua obra “*The end of laissez-faire*”, de 1926 e posteriormente na sua obra mais conhecida “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, de 1936, citado por Filho, Ferrari (2006), contrariamente aos apologistas da *mão invisível*, conclui que a racionalidade individual nem sempre produz o melhor resultado para a sociedade.

O mesmo autor defende a concorrência e a igualdade de oportunidades e que o Estado é capaz de arbitrar a concorrência e controlar as variáveis económicas mais relevantes, como o desemprego e a inflação. Keynes propõe a constituição de um Estado forte, capaz de dirigir a economia.

Por seu lado Musgrave (1974) propõe também a necessidade de intervenção do Estado em prol do desenvolvimento económico e social, mais concretamente na promoção de uma melhor eficiência na alocação de recursos e na distribuição do rendimento com vista alcançar a estabilidade económica e social.

Costa, Loch e De Souza (2006) enunciam que o poder público, face à demanda da sociedade, deve agir para o desenvolvimento de um conjunto de acções que representem resultados eficientes no sentido de oferecer mais produtos e serviços de interesse comum.

O mesmo autor refere que para o efeito, as acções públicas devem acompanhar a evolução dos desejos e necessidades da comunidade, exigindo austeridade e uma melhor aplicação dos recursos públicos. Contudo, a falta de informações necessárias para a tomada de decisão e a aplicação de métodos arcaicos e ultrapassados faz com que o sector público, em especial a administração municipal, não esteja preparado para o desenvolvimento de uma gestão pró-activa e bem estruturada.

Assim o Estado Moçambicano ao instituir o FIIL, enquadra-se nas correntes de pensamento que, na senda do pensamento Keynesiano, defendem o intervencionismo do Estado com vista à promoção do desenvolvimento económico e social.

3.2. Abordagens, Alternativas e Constrangimento do Financiamento Rural

O financiamento é um dos factores determinantes do desenvolvimento económico, e dele dependem em grande medida os resultados que se podem esperar no sector onde for injectado.

Para o sector agrário o financiamento desempenha um papel vital e ao mesmo tempo é objecto de elevados riscos dada a vulnerabilidade às condições e variações ambientais, como é o caso das calamidades naturais, potenciando os baixos níveis de retornos, em particular, nas economias onde não se faz o uso de tecnologias modernas.

Esta secção debruça-se sobre diferentes abordagens, alternativas e constrangimentos no financiamento agrário.

3.2.1. Abordagens de financiamento Rural

Esta secção apresenta as duas principais abordagens de financiamento, nomeadamente, a que defende a necessidade de institucionalizar o crédito e a que defende o enfoque directo aos pobres com vista a produzir maior impacto sobre as camadas desfavoráveis da sociedade.

3.2.1.1. Abordagem da Institucionalização do Crédito

O institucionalismo, segundo Araújo (2004) surgiu na década de 1920 nos Estados Unidos e foi baseado nos estudos de estruturas, regras e comportamentos das instituições. Ao considerar o ambiente institucional que envolve a economia, os institucionalistas divergiam dos modelos puramente teóricos e matemáticos dos economistas neoclássicos, incorporando outras perspectivas de análise, como a sociológica e a política.

A teorização dos institucionalistas sobre o desenvolvimento económico local concentrou-se mais nas motivações, que levaram os actores locais a tomarem determinadas iniciativas, do que nas formas como elas ocorriam. Na esfera da produção, buscaram compreender como as decisões económicas eram realizadas pelas firmas, principalmente na relação entre as grandes corporações empresariais e suas filiais.

A abordagem institucionalista focaliza o estabelecimento de instituições financeiras para servirem os clientes que não beneficiam do sistema financeiro formal. A ênfase é dada no alcance da auto-suficiência e na dimensão dos impactos positivos sobre a redução dos níveis de pobreza dos beneficiários dos fundos. (Woller et al, 2008).

Ainda segundo o mesmo autor, a discussão que se coloca na institucionalização do financiamento é garantir que existam programas viáveis e de longo prazo, que resultem de economias de escala trazidas pela intervenção massiva em resposta à enorme demanda pelos serviços micro-financeiros. A mobilização da poupança pelos privados, na forma de empréstimos, participação no capital social e participações financeira constitui a melhor forma de ter uma instituição micro-financeira bem sucedida.

Buainan et all (2007) sustenta a tese de que embora as taxas de juros e prazos sejam relevantes, a institucionalidade dos programas de crédito é determinante nos resultados, tanto para os produtores, como para as instituições financeiras. Tal institucionalidade refere-se ao conjunto de regras e de incentivos que pautam a alocação dos recursos pelas instituições financeiras e à atitude dos tomadores de crédito em relação ao uso dos recursos.

3.2.1.2. Abordagem do Financiamento “*Pro-Pobre*”

O enfoque do Financiamento “*Pro-pobre*” é o bem-estar imediato dos seus beneficiários. Segundo Bauinain et all (2007) Esta abordagem está menos interessada em bancarizar a economia mas sim em afectar directamente os fundos aos beneficiarios directos, evitando intermediários que tomariam algum ganho, com vista a aliviar os piores efeitos da profunda pobreza existente nas comunidades menos favorecidas.

Nesta abordagem o objectivo é facilitar ao máximo o acesso ao crédito, da maneira mais direta e simples e a tendência é remover quaisquer possíveis obstáculos, como por exemplo, excluir o sistema de garantias exigidas pelas instituições de crédito e financiamento, uma vez que os produtores pobres têm dificuldades em as apresentar.

Assim a abordagem *pro-pobre* simplesmente procura minimizar essa exigência, sem levar em conta o efeito da medida sobre a dinâmica de financiamento em geral e sobre os resultados específicos de cada operação de crédito em particular. As características desta abordagem, aproximam-se da filosofia da gestão do FIIL em Moçambique, que por decisão política busca combater a carência alimentar e o desemprego através da alocação directa aos potenciais beneficiários, sem perder de vista o impacto sobre o desenvolvimento rural.

Como princípio, a ênfase desta abordagem é a de que o financiamento se destina ao alívio da pobreza e compromete-se a servir os que são verdadeiramente pobres. O objecto desta corrente de pensamento é a criação do auto-emprego no seio da camada pobre economicamente activa, com destaque para a mulher (*pro-género*), cujo aumento de nível de renda e de sua poupança irá melhorar directamente o seu bem-estar e de seus filhos. Assim, o centro da atenção é o impacto do financiamento nas famílias.

Uma avaliação global da institucionalidade do financiamento dá conta que os riscos de assimetria de informação são altos em prejuízo do locador, neste caso o Estado, devido à fraca capacidade de reembolso pelos beneficiários, pelos elevados riscos envolvidos e pela fraqueza na responsabilização em caso de falência.

Deste modo, analisando as duas abordagens apresentadas, Castel – Branco (2003), refere que as grandes linhas de força em prol do desenvolvimento agrário em Moçambique parecem ser as seguintes:

- a. As que apostam na reconstrução das grandes empresas agrárias, eventualmente assentes em monoculturas orientadas à exportação, muito similares a empresas de comercialização ao campesinato existentes na era colonial. Forças que giram em torno do saneamento financeiro, que segundo o autor esta posição está perdendo força, talvez em parte por não ser propícia ao capital nacional;
- b. As que apostam em empresas médias com duas abordagens, uma de transformar o campesinato médio em empresariado comercial, outra que simplesmente pretende apoiar a formação de um empresariado na agricultura, seja ele resultante do campesinato médio ou não;
- c. As que visam a alocação de recursos ao campesinato para o desenvolver e reduzir a pobreza de forma focalizada, bem assim como na necessidade de gerar dinâmicas de desenvolvimento inclusivas da maioria do povo e
- d. Várias combinações e variações em torno destas dinâmicas, bem assim como, possivelmente, algumas outras que não têm muita relação com estas aqui apresentadas.

3.2.2. Alternativas do Financiamento Agrário

As falhas que ocorrem no mercado de capitais como é o caso da dificuldade das instituições financeiras em satisfazerem a procura de créditos por parte de empreendedores têm levado o Estado a conduzir um modelo de regulação económica que se baseia na sua intervenção directa para suprir essa necessidade, principalmente, no sector da agricultura.

De acordo com o estudo conduzido por Gullo (2001), sobre a América Latina nas décadas de 80 e de 90, essa posição foi assumida pela maioria dos Estados daquela região, tendo porém fracassado e limitado a participação do sector privado no financiamento de actividades agropecuárias.

Continuando Gullo (2001), refere que na América Latina as falhas do Estado no financiamento à economia levaram-no a abdicar dessa função. Consequentemente, reduziu-se a disponibilidade de recursos públicos para financiar a produção e apoiar os agricultores e em aditamento refere que mesmo naqueles países como Brasil ainda contam com programas de crédito rural relevantes, aos cofres públicos, a operação desses recursos é cada vez mais onerosa, o que indica a sua insustentabilidade a médio e longo prazo.

Actualmente, tem-se apontado para a necessidade de adopção de novos mecanismos privados de financiamento e de políticas públicas sustentáveis do ponto de vista fiscal e de resultados efectivos – focadas tanto para a criação de condições adequadas para a atracção de investimentos privados, bem como para os agricultores familiares, em especial os mais pobres.

Segundo Chichava (2008) desde a independência nacional três instrumentos de financiamento foram escolhidos para o desenvolvimento agrário, nomeadamente o Plano Prospectivo Indicativo (PPI) nos finais da década de 70, o Plano de Reabilitação Económica e Social (PRE e PRES) durante a década de 80 e princípios da década de 90 e os Planos Quiquenais do Governo (PQG) desde 1994 até então.

O PPI com o seu pacote financeiro visava responder às questões relativas à criação de aldeias comunais e cooperativas agrícolas no âmbito da socialização do campo e da mecanização da agricultura. Porém, em contrapartida estas medidas geraram problemas de desemprego, aumento do trabalho sazonal, falta de assistência técnica à maquinaria e falta de insumos para a produção. Negligenciou-se o sector familiar e registou-se a diminuição da produção nacional comercializada, factos agravados pelo início da sabotagem económica e da insegurança social no País.

Ainda no âmbito do PPI na perspectiva de se promover a comercialização agrária nas décadas de 70, a par das cooperativas de consumo foi criada a empresa estatal AGRICOM³, porém os preços eram fixados centralmente, dando-se o início da destruição da rede rural de comercialização, que na altura era cerca de 400 estabelecimentos comerciais.

³ AGRICOME.E – Empresa estatal, tutelado pelo Ministério do Comércio, responsável pelo escoamento e comercialização agrícola com vista ao estabelecimento do equilíbrio entre zonas de um mesmo distrito, ou provincial, em matéria de produção alimentar. Adaptado de CRAVINHO (1998) publicado no *Journal of Southern African Studies*

Diferentemente do PRE e do PRES, os planos quinquenais, não atentavam apenas trazer a economia ao nível antes alcançado mas sim de promover o desenvolvimento económico e social sustentáveis através do fomento capital humano, de infra-estruturas económicas e sociais, do desenvolvimento institucional e da provisão de serviços básicos.

3.2.3. Rentabilidade e Sustentabilidade do Financiamento Rural

Segundo Ribeiro (1979) citado por Gullo (2011), uma das formas de avaliar o subsídio implícito nas taxas de juros praticadas no crédito rural é compara-las à taxa de inflação ou à taxa de juro do mercado. Se a taxa de juro do crédito rural for inferior à taxa de inflação ou à taxa de juro de mercado significa que o retorno do empréstimo não será suficiente para compensar o valor real inicial do financiamento, o que vai significar uma transferência de recursos financeiros subsidiados para para o meio rural.

A sustentabilidade do financiamento *pro-pobre* (e *pro-género*) é uma das questões mais críticas no sector financeiro. A sustentabilidade no financiamento sugere a capacidade dos beneficiários conseguirem por si próprios desenvolver e ampliar as bases económicas e o tecido produtivo no meio em que se inserem independentemente de subsídios governamentais ou dos doadores.

Os diferentes argumentos em torno da sustentabilidade do financiamento, tem em vista alcançar a melhor maneira de ajudar as camadas desfavorecidas através do acesso aos serviços financeiros, todos eles convergem para as duas abordagens já referidas, não obstante, ambas demonstrarem total cometimento na provisão dos serviços financeiros aos mais pobres, divergindo embora na forma como devem beneficiá-los. Schröder (2005).

Segundo Gullo (2001), a baixa rentabilidade que se regista no meio rural, com destaque para o sector agrário, constitui um dos motivos que leva esse meio a beneficiar-se de subsídios. O objectivo é compensar a desvantagem natural de que o sector agrário é característico, uma vez que este sector não está em condições de remunerar as taxas de juro oferecidas pelo mercado.

A luz dessas correntes de pensamento, adiante poderá se perceber que o FIIL é um instrumento de crédito subsidiado, oferecido a uma taxa de juro abaixo da taxa de juro de mercado e que o Governo tem em vista alcançar as camadas desfavorecidas no acesso ao financiamento.

3.2.4. Constrangimentos no Financiamento Rural

Para Chaves & Cláudio (1996:65-78) de uma maneira geral, os agricultores e as micro-empresas têm enfrentado dificuldades em obter crédito para financiar os seus planos agrários, por parte das instituições financeiras privadas pelo facto destas estabelecerem elevadas taxas de juros, nos casos em que não haja uma correcta e transparente supervisão bancária e na perspectiva de cobrirem todos os custos operacionais que caracterizam as economias em desenvolvimento.

A Agricultura é considerada uma actividade de alto risco e com falta de diversificação de carteiras de financiamento o que leva a constrangimentos diversos sobre as unidades económicas do sector.

O governo assumiu como instrumento de política de combate à pobreza incentivar as micro-empresas, mediante assistência técnica, humana e financeira. A assistência financeira, sob a forma de atribuição de micro-créditos, tornou-se assim um pilar importante da política de desenvolvimento (PNUD, IPRSP, 2001).

Segundo Heino & Págan (2001) a literatura financeira reconhece vários factores determinantes na dificuldade de o acesso aos créditos tradicionais por parte das micro-empresas.

Porém, Lang, et all. (1997) sugerem que o financiamento do sector está condicionado a elementos que dizem respeito às características peculiar do micro-empresário, assim como da micro-empresa, do sector de actividade da empresa e da própria dinâmica da empresa.

Pineda et all. (1998) afirma que para os proprietários das micro-empresas, a percepção de uma situação como sendo um obstáculo tende a influenciar o seu comportamento, no que diz respeito à procura de informação e a aquisição de novos conhecimentos no sentido de acelerar o desempenho dos seus negócios.

3.2.5. Constrangimentos da Produção Rural

Segundo Buainain et al. (2007) das experiências extraídas do Brasil, há um conjunto de variáveis que explicam o afastamento ou a menor contribuição da maior parte dos agricultores no processo do desenvolvimento económico. Os autores destacam as seguintes variáveis, mais frequentes:

- (i) Falhas na distribuição do recurso Terra;

- (ii) Baixo nível tecnológico;
- (iii) Dificuldade de acesso ao financiamento e aos mercados;
- (iv) Baixo nível educacional e
- (v) Deficiência das políticas públicas.

Os mesmos autores destacam que o financiamento exerce um papel determinante no desenvolvimento económico, particularmente nas sociedades baseadas em economias de mercado e no empreendedorismo privado. Destaque vai mais para o sector agro-pecuário onde há riscos adicionais associados a factores climáticos e à maior rigidez para se ajustar às flutuações do mercado.

Segundo os mesmos autores, o produtor agro-pecuário é mais vulnerável e dependente dos recursos externos para financiar a produção corrente e para realizar investimentos necessários com vista a manter ou a elevar a sua competitividade, sobretudo o pequeno agricultor. Este enfrenta restrições adicionais, tanto em relação à sua capacidade produtiva, bem como à débil estrutura económica que o caracteriza.

Gullo (2001), num estudo sobre os problemas de reembolso do fundo estadual de apoio ao desenvolvimento rural no Brasil, referente a um período de 10 anos (cuja metodologia consistiu em mapear a ênfase em regiões e por actividade financiada), concluiu que a falta de reembolso foi significativa para o financiamento feito aos grupos ou associações devido a erros sucessivos de planificação e de gestão dos créditos recebidos e também devido à fraca capacidade na elaboração de projectos.

3.3. Crescimento e Desenvolvimento Económico

O Crescimento económico pressupõe alterações quantitativas da capacidade produtiva de uma economia, dos valores reais de bens e serviços produzidos, geralmente tal conceito é analisado numa perspectiva de curto prazo. Enquanto o desenvolvimento económico resulta do crescimento económico acompanhado da transformação dos padrões de vida da população na sua natureza qualitativa e quantitativa, geralmente analisadas numa perspectiva de médio e longo prazo.

O desenvolvimento económica trata de questões estruturais da economia que geralmente é a tradução de crescimento económico correcta e equitativamente distribuídos.

Fields (1989) acredita que o crescimento esteja associado à redução da pobreza e admite que as camadas mais pobres tenderão a ficar menos pobres com o crescimento económico. Considera, entretanto, haver excepções, para os casos em que não haja correcta distribuição da riqueza gerada.

Segundo Baptista (2003) a partir da posição do Fields pode-se concluir que correlacionar a pobreza e o crescimento económico é uma equação que procura responder se o segundo promove desenvolvimento económico. Pode-se também dizer que há desenvolvimento se houver crescimento suficiente que gere riqueza para todos e reduza a pobreza de uma maneira geral.

Tal posicionamento é oposto a conclusão do estudo sobre o impacto do crescimento na pobreza de Todaro (1979), segundo o qual, passados anos, muitos países do Terceiro Mundo que apresentaram taxas relativamente altas de crescimento económico para os seus padrões históricos, na década de 60, rapidamente se deram conta que tal crescimento trouxe poucos benefícios significativos para a população pobre. Nessa altura, as taxas de desemprego e sub-emprego (emprego ocasional e normalmente com a subutilização das suas capacidades) rural e urbano revelaram-se assustadoras.

Ainda na visão de Fields (1989), porque a distribuição de rendimentos assinalava grandes disparidades o rápido crescimento fracassara na eliminação da pobreza.

3.4. Desenvolvimento Económico Local como um Processo

O DEL é um tema controverso e pouco consensual, tanto em Moçambique, quanto no debate internacional. Não é apenas controverso em termos conceptuais, mas também metodológicos. Assim colocado, tentativas de avaliar ou medir o desenvolvimento económico produzido pelas intervenções locais torna-se uma tarefa difícil.

Segundo Gwen et al, (2006) o DEL é o melhoramento da perspectiva económica e qualidade de vida de todos a partir dos recursos existentes fruto da acção colectiva dos actores de desenvolvimento (as entidades públicas, privadas e a sociedade civil) construindo a capacidade económica de determinada unidade territorial.

Enquanto Bartik (2003) define DEL como o incremento das capacidades da economia local com vista a criar riqueza para os seus residentes se os recursos locais disponíveis forem usados de forma produtiva especialmente no que tange à utilização da mão-de-obra desempregada, já o relatório da OIT (2002) enfatiza no DEL a geração do emprego como o seu objectivo último, fruto de uma intervenção participativa que proporcione uma parceria entre os principais actores públicos e privados no território definido na implementação conjunta duma estratégia concertada, utilizando os recursos locais e as vantagens competitivas num contexto global.

Mas CEPAL (1996) refere que o DEL também pode ser vista numa perspectiva de crescimento e mudança e estrutural que permite que a comunidade consiga liderar o processo e conduzir a melhoria de bem-estar local ou da região.

Por seu turno o GTZ/DDM/PROMOCAP (2005), o DEL para além de só considerar os recursos locais inclui também o aproveitamento sustentável dos recursos externos que com base no processo participativo gera emprego e rendimentos para melhorar a qualidade de vida da população

Uma abordagem do DEL é, necessária para completar o ciclo de planificação anual estratégica e a sua implementação representa a vontade política do Estado e da Sociedade Civil na construção duma parceria pública privada, para desenvolver substantivamente o território Distrital.

Assim, o DEL, crescente e sustentável, é o objectivo a atingir tendo em conta as possibilidades de produção e a forma como os seus actores intervêm na economia rural.

3.5. Contexto do Desenvolvimento Económico Local em Moçambique

Actualmente já existe uma rede nacional das ADELS cobrindo todo país cuja finalidade é articular iniciativas em prol do aumento das capacidades produtivas e reprodutivas..

O enfoque de DEL em Moçambique foi promovido pelo PNUD a partir do Programa de Desenvolvimento Humano a Nível Local (PDHL). PDHL é um programa multilateral (PNUD-UNOPS-OIT), financiado pelo Governo da Itália e se encontrava a ser implementado em 7 distritos das províncias de Maputo, Sofala e Manica, sob tutela do Ministério de Administração Estatal, facto que culminou com a iniciação das primeiras Agências de Desenvolvimento

Económico Local (ADEL) naquelas províncias. O programa subsequente, denominado APPI⁴, estendeu este programa às províncias de Zambézia e Nampula, apoiando a criação das respectivas ADEL.

Em 2006, o governo estabeleceu o FIIL para a dinamização da economia local, para o financiamento de projectos de geração de rendimento, emprego e alimentos com objectivo de melhorar a segurança alimentar e diversificar a produção agrícola.

A Estratégia de Desenvolvimento Rural (2007) e o próprio PARPA II estabelecem a necessidade de reforçar as ADEL, tendo em conta que as mesmas representam fóruns de facilitação do diálogo e da concertação do desenvolvimento económico local (DEL) entre os governos locais, a sociedade civil e o sector privado. Segundo o PNUD - Artpapdel (2009) pretende-se que as ADEL ofereçam serviços integrados para a promoção do DEL de uma maneira duradoura e sustentável, através da dinamização do acesso dos mais desfavorecidos aos processos económicos, facilitando o seu contributo para a redução da pobreza e da exclusão social.

3.5.1. Segurança Alimentar

A falta de disponibilidade continuada de alimentos é um problema que afecta principalmente as zonas rurais de quase todos os países em vias do desenvolvimento que praticam uma agricultura pouco mecanizada. A disponibilidade de alimentos refere-se à existência, de forma sistemática, de alimentos adequados e suficientes para todos os indivíduos do agregado familiar.

Contudo, a disponibilidade de alimentos a nacional não garante necessariamente a segurança alimentar localizada, dado que a produção disponível ao nível regional muitas vezes se encontra inacessível para determinados distritos ou localidades. Não raro assiste-se a situações de superprodução alimentar numa zona do País em quanto que noutra se assiste a situação de fome. Além disso, a disponibilidade de alimentos ao nível do agregado familiar não garante necessariamente segurança alimentar para todos os membros do agregado familiar como referem Maxwell & Frankenberger (1992) e Ayalew (1997).

Nesse sentido, a disponibilidade de alimentos a nível nacional ou regional é uma condição necessária, mas não suficiente para assegurar o acesso aos alimentos ao nível do agregado

⁴ APPI - “Anti-Poverty Partnership Initiatives” (2004-2006), programa multilateral (PNUD- UNOPS-OIT).

familiar que, por sua vez, é condição necessária mas não suficiente para assegurar o consumo adequado para cada membro do agregado familiar (FAM, 2004). Estas constatações levaram a que, em 1983, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e, em 1986, o Banco Mundial, alargassem o conceito de segurança alimentar de modo a incluir a garantia do “acesso físico e económico” aos alimentos básicos, por parte das famílias.

O acesso aos alimentos é uma segunda dimensão de segurança alimentar e refere-se à capacidade do agregado familiar aceder aos alimentos adequados ao longo do tempo, através da produção própria, compra no mercado, reservas, troca, ajuda de assistência e outras formas (SETSAN, 2005). Mais especificamente, como notava Sen (1981), o acesso aos alimentos deriva das oportunidades de produzir comida directamente ou de trocar outros bens e serviços por comida.

Ainda de acordo com Maxwell & Wiebe (1998), há dois aspectos importantes de acesso aos alimentos. Primeiro, o acesso deve ser *suficiente* para uma vida saudável e activa. A suficiência é geralmente medida em termos de consumo de calorias recomendadas para um período de tempo especificado. Em segundo lugar, o acesso aos alimentos deve ser possível ao longo do tempo.

IV. ESTUDO DE CASO

4.1. Localização e descrição do distrito de Eráti

O distrito de Eráti situa-se a norte da Província de Nampula, fazendo fronteira, a Norte com a Província de Cabo Delgado através do rio Lúrio, a Sul com o distrito de Nacarôa, através do rio Mecuburí, a Este com o distrito de Memba e a Oeste com o distrito de Mecuburi. O distrito possui três postos administrativos, nomeadamente, Alua, Namirôa e Namapa (Sede) e seis localidades e apresenta uma superfície total de 5.671 km². O censo populacional de 2007 indica que o distrito possui uma população estimada em 259.660 habitantes, dos quais, 123.319 são homens e 136.341 são mulheres, com uma densidade média populacional de 47 habitantes por km².

O Censo de 2007 indica ainda que a população do distrito é maioritariamente jovem, sendo que 47% pertence a uma faixa etária abaixo dos 17 anos de idade.

O clima é predominantemente semi-árido e sub-húmido seco, com uma precipitação média anual que de 800 a 1200 mm e o relevo ondulado, interrompido de quando em quando por formações rochosas e com terras com altitudes compreendidas entre os 200 e 500 metros.

De um modo geral, o acesso à terra neste distrito é determinado pelos laços de família e parentesco, sendo que o sector familiar ocupa e cultiva uma área de 107.964 ha, correspondente a 19% do total de terra arável disponível do distrito.

De acordo com o MAE, A relação de dependência económica potencial em 2005⁵ era aproximadamente de 1:1.2⁶, isto é, por cada 10 crianças ou anciãos, existiam 12 pessoas em idade activa.

Tendo como base os dados do MAE de 2008, constata-se que a relação de dependência económica potencial, extrapolados para as 225 famílias entrevistadas, a relação dependência é de cerca de 1:1.5, a por cada 10 crianças ou ancião, existem 15 pessoas em idade activa.

⁵ Foram usados dados de 2005 por falta de informação de dados de 2006, ano de referência do estudo,

⁶ Segundo MAE 2005

Do ponto de vista de actividades económicas desenvolvidas, tradicionalmente, os habitantes do distrito de Eratí ocupam-se da produção agro-pecuária⁷ familiar e da comercialização de seus excedentes para subsistência. As actividades económicas, segundo o MAE (2005), caracterizavam-se por 84% das unidades de produção compostas por pequenas explorações (cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar) o que corresponde a 180 mil parcelas. Destas, 73% possuíam áreas de menos de meio hectare e 50% das mesmas unidades exploradas por mulheres, seguindo práticas de consociação de culturas alimentares.

A comercialização é feita localmente ou em deslocações para fora do distrito na perspectiva de colocação dos seus excedentes a preços mais elevados que garantam maiores rendimentos quando comparados com a colocação local.

Segundo os dados do Censo 2007, o distrito não possuía bancos, nem cooperativas de crédito, casas de câmbio, ou quaisquer outras instituições financeiras de crédito e poupança capazes de dinamizar a monetarização da economia local. Neste mesmo distrito não havia agro-indústrias e/ou unidades de processamento para acrescentar valor à produção local, minimizar as perdas nos períodos pós-colheita das pessoas que investiam o fundo recebido para a actividade agrícola.

Em termos de despesa familiar, em 2005, o distrito apresentava 66% dos produtos diversos destinavam ao consumo final, a saber, concentrado nos produtos alimentares e 16% nos serviços de habitação, água energia e combustíveis. Destas despesas 63% da sua renda eram em forma de espécies, provenientes do sector agrário.

Em 2008, segundo INE (2008), mais de 53% da população local possuía casas construídas de material precário e cerca de 48.4% da mesma não possuía nenhum bem durável.

Com relação a distribuição de fonte de água no distrito, de referir que, segundo INE (2008), cerca de 75.6% da população tinha como fonte principal de água poços sem bomba com captação a céu aberto, enquanto 65,9% da população possuía lenha como principal fonte de energia no distrito.

⁷ Principais produtos agro-pecuário do distrito de Erati são: Milho, arroz, mapira, amendoim, mandioca, feijões, batata-doce, algodão caroço, tabaco, girassol e gergelim

4.2. Antecedentes do FIIL

Em 11 Maio de 2005, segundo o decreto 16/2005, o Governo de Moçambique estabeleceu como uma das prioridades para o quinquénio 2005-2009, a redução dos níveis de pobreza e de assimetrias regionais através da criação de condições favoráveis ao desenvolvimento económico e social do meio rural.

Assim, na perspectiva de operacionalizar essa intenção, a 2 de Maio de 2006, o Conselho de Ministro aprova PARPAII, instrumento este que centra a sua atenção nas formas de solução do baixo nível de vida das camadas mais desfavorecidas, que actualmente corresponde ao nível de pobreza absoluta.

Segundo relatório do Governo local, o distrito de Erati já beneficiava do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), fundo este que surge no âmbito da operacionalização do plano de acção do Governo para a redução da pobreza. Esse fundo era a expressão financeira para o desenvolvimento de infra-estruturas comunitárias identificadas e planificadas pelo Governo com vista à criação de melhores condições para o desenvolvimento agrário, comércio, habitação e comunicação.

Segundo o Administrador do distrito, na gestão do FDD não era comum a participação comunitária na administração dos fundos públicos, nem na sua concessão aos beneficiários.

Com a Lei 8/2003 e o Dec. 11/2005, foram criadas condições legais para a existência de um orçamento distrital, passando o FDD a integrar a expressão orçamental para investimento público a nível distrital;

Segundo o MAE (2005), a fonte principal das receitas do distrito era composta pelas seguintes formas de contribuições e pesos específicos⁸:

- Imposto de Reconstrução Nacional – 4%
- Taxas e Licenças de Mercado – 2%
- Subsídios do Orçamento do Estado – 82%
- Outras receitas e taxas – 12%

⁸ Pesos percentuais apenas aplicáveis para o ano de 2004 segundo o Perfil do distrito de Erati de 2005 publicado pelo MAE

4.3. Enquadramento Jurídico do Fundo de Investimento de Iniciativa Local

O Governo de Moçambique, através da Lei 12/2005 de 23 de Dezembro de 2005, decidiu alocar fundos de investimentos aos Governos Distritais, avaliados em 7 milhões por distrito, no âmbito da implementação da Lei 08/2003 de 19 Maio, que determina que os distritos são unidades de gestão e execução orçamental. Estes fundos foram providenciados, com o objectivo de criar empregos, incluindo auto-emprego, aumentar a produção e a riqueza das populações locais com vista à erradicação da pobreza.

Dentre as orientações genéricas para o uso daqueles fundos, destaca-se o uso do valor de investimento dos distritos para empregar a mão-de-obra local, devendo o financiamento ser direccionado para projectos com maior impacto no desenvolvimento económico e social das comunidades locais, com destaque para as actividades de produção de alimentos com realce em acções inseridas na “estratégia da revolução verde”, nomeadamente, sistemas de regadios, agro-processamento e conservação de produtos agrícolas, comercialização agrícola e promoção do uso de tracção animal e mecânica;

O objectivo último do FIIL é o alívio da pobreza absoluta e assegurar a participação da comunidade civil de forma cada vez mais efectiva na formulação e decisão de políticas públicas locais.

Numa primeira fase (princípios de 2006), a distribuição dos fundos a nível dos 128 distritos abrangidos foi uniforme mas, já em finais de 2006, a alocação passou a ser feita tendo em conta os seguintes factores de ponderação:

- O número de habitantes (40%)
- Índice de pobreza (35%)
- Extensão territorial (20%)
- O desempenho fiscal (15%)

O FIIL é, pois, um assunto muito sensível, na medida em que o mesmo surge num contexto experimental, como novo instrumento de política pública, com vista a relançar o desenvolvimento das economias locais.

A Lei nº 8/2003, atrás referida estabelece os princípios e normas de organização, competências e funcionamento dos órgãos locais do Estado nos escalões de província, distrito, posto administrativo e de localidade, atribuindo, assim, a estes a característica de unidade de gestão e execução orçamental. Esta lei e os regulamentos a ela associados, definem as responsabilidades do governo distrital na prossecução da supervisão directa dos serviços públicos como saúde, educação e agricultura, em prol desenvolvimento local, ainda que não apresente critérios claros da gestão do FIIL. A mesma lei obriga que o planeamento seja participativo e que a monitoria seja assegurada através da criação de conselhos consultivos locais resultantes de eleições informais.

4.4. Critérios de gestão do FIIL no distrito de Eráti

Em 2006, o distrito de Eráti, recebeu pela primeira vez, o FIIL do Governo de Moçambique sem que antes se indicasse as formas e metodologias de sua gestão, facto que levou o distrito, a gerir o fundo em função das prioridades locais que, de alguma forma, contrastavam com as prioridades do nível central.

Segundo o Administrador Local, a prioridade do distrito era a construção e/ou reabilitação de infra-estruturas básicas como, por exemplo, a abertura de novas vias de acesso, reabilitação de estradas, construção de hospitais, escolas, aberturas de fontenárias, entre outras, as quais absorveram 80% do total Fundo disponibilizado e só o valor remanescente é que se destinou às actividades de produção de alimento, geração de emprego e da renda.

Só a partir de 2007, com orientações claras e genéricas sobre a forma de utilização do Fundo é que o mesmo passou a ser direccionado para às actividades de geração de alimento, emprego, todavia e não para à construção de infra-estruturas como erradamente se fez no início.

No que tange ao reembolso do Fundo, coube a cada província e governo local definirem os critérios de reembolso, tendo-se decidido que as taxas de juros resultantes da operação de concessão do crédito deveriam variar em função do fim ou área onde o Fundo seria aplicado, incidindo sobre o saldo em dívida, não importando o factor tempo.

Nesse contexto, foi estabelecido, em 2007, que os projectos agrários teriam de pagar uma taxa de juro de 8% sobre o valor emprestado, enquanto que os projectos relacionados com o comércio pagariam a taxa de 12%. Esta decisão visava favorecer os projectos de forma a estimular e

garantir o incremento da produção alimentar e minimizar os impactos da crise alimentar registados no distrito de Eráti.

O SDAE do distrito de Eráti, em coordenação com os Conselhos Locais, definiu critérios de distribuição do Fundo a nível do distrito e estabeleceu cláusulas contratuais com os proponentes de cada projecto. Os critérios consistiam em priorizar os projectos directamente ligados ao sector produtivo e dentre as cláusulas estabelecidas constavam as taxas de juros e o objecto da actividade. Porém, notava-se a ausência da nota descritiva do negócio, da periodicidade do reembolso, das sanções e da obrigatoriedade de prestação de contas pelos beneficiários, entre outros aspectos importantes para a correcta aplicação do Fundo concedido.

Informações colhidas em entrevista dos funcionários da Administração Local dão conta que cabia aos Conselhos Consultivos das povoações fazer a avaliação e dar parecer sobre as propostas de negócio submetidas pelos peticionários, após o que os processos eram sucessivamente submetidos aos pareceres dos escalões seguintes, desde o das localidades, do Posto Administrativo e finalmente do Distrito para com base nos diferentes pareceres apresentado, dar-se a decisão final.

4.5. Evolução do FIIL

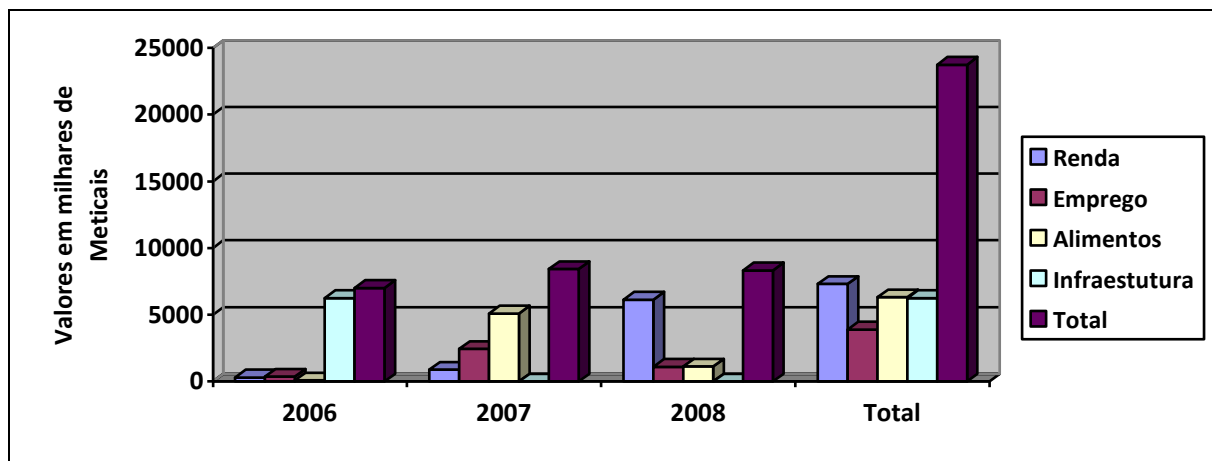
O gráfico 1, a seguir, mostra a evolução dos fundos alocados ao distrito de Eráti, com um valor de 23.750.250,00 MT distribuídos em valores anuais que variaram de 7.000.000,00 MT a 8.327.250,00 MT durante o período 2006 – 2008.

Como já referido, à excepção do primeiro ano respeitante à fase de introdução do FIIL, ao longo dos três anos seguintes, a maior parte do fundo foi destinado aos projectos de produção de alimentos, de geração de renda e de emprego.

Com efeito, em 2006, o fundo disponível foi 6.257.500 MT dos quais 89% foi destinado aos programas de construção e reabilitação de infra-estruturas e 1% daquele foi alocado a actividades de produção de alimentos. Neste mesmo ano foram financiados 8 projectos de rendimento (5 em Namapa, 2 em Alua e 1 em Namirôa) dos quais constavam os projectos aviários, de fabrico de tijolos, de pulverização, de cantinas rurais e de moageiras, em conjunto, avaliado em 464.700,00

MT, tendo apenas à data, sido desembolsado 279.800,00 MT, o correspondente a menos que 4% do valor global disponível para financiamento.

Gráfico 1. Distribuição funcional do FIIL por sectores de actividades de 2006 a 2008



Fonte: Adaptado pelo autor com base na informação dos relatórios do SDAE do Eráti referente ao período 2006 a 2008

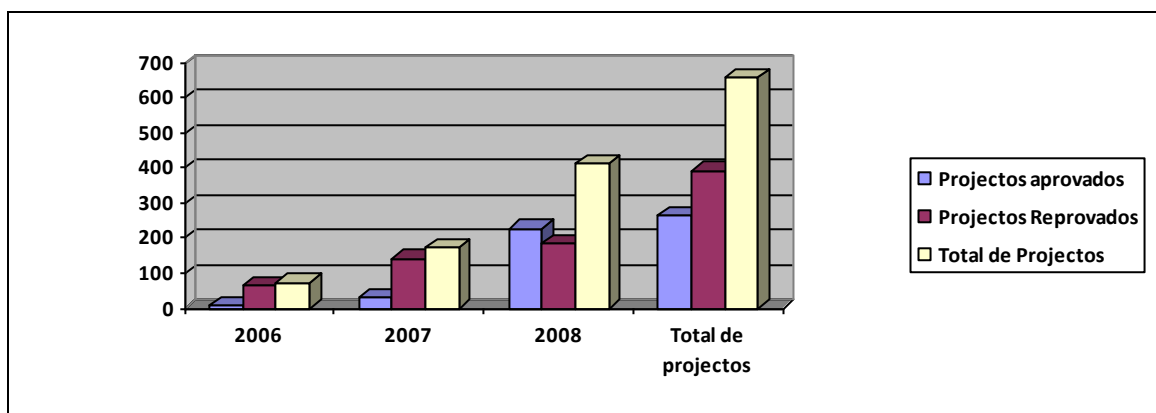
Em 2007 o fundo disponível foi avaliado em 8.353.500,00 MT dos quais cerca de 60% foi destinado ao sector agrário, 10% aos projectos de geração da renda e 30% aos projectos de geração de emprego. Desse valor, foram financiados 30 projectos avaliados com a seguinte distribuição territorial desses projectos foi a seguinte: 10 para o Posto Administrativo de Alua, 7 para o Posto Administrativo de Namirôa e 13 para o Posto Administrativo de Namapa. (Vide a tabela 4 do apêndice 1).

Em 2008, o fundo disponível foi 8.327.250 MT dos quais 74% foram alocados aos projectos de geração da renda, 13% aos projectos de geração de alimentos e de emprego cada. Desse valor foram financiados 228⁹ projectos, tendo sido reembolsados 701.955,00 MT. A distribuição territorial dos projectos foi a seguinte: 83 projectos no Posto Administrativo de Alua (2.412.250,00 MT), 56 projectos no Posto Administrativo de Namirôa (2.600.000,00 MT) e 89 projectos no Posto Administrativo de Namapa (3.315.000,00 MT),

⁹ Segundo a administração os projectos financiados foram 228 projectos, correspondendo a 264 beneficiários directos, porque nem todos os projectos estavam em nome individual

Agregando a informação de 2006, ano da introdução do FIIL, a 2008, é de referir que foram submetidos mais de 659 projectos com vista ao financiamento de diferentes actividades, tendo sido aprovados apenas 266 projectos, mas efectivamente financiados 228 projectos e reprovados 393 conforme se pode aferir do gráfico 2.

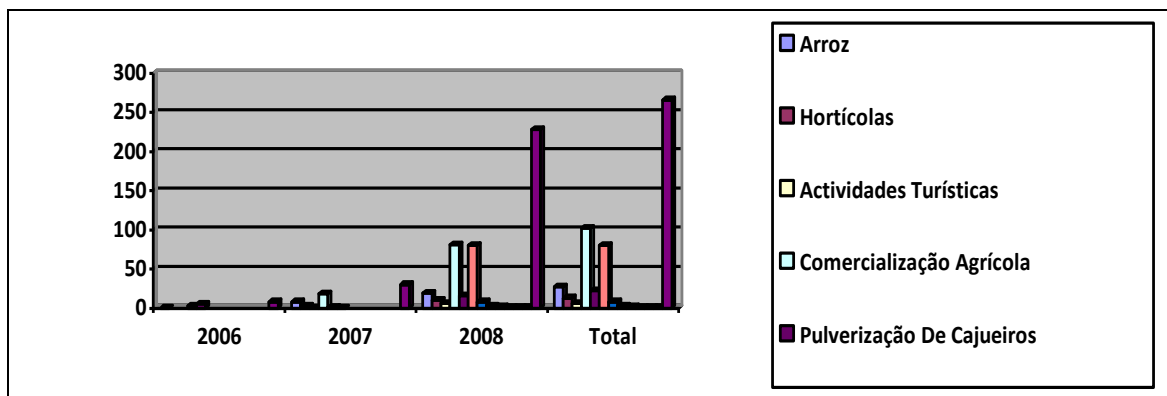
Gráfico 2. Evolução dos projectos submetidos, aprovados ou reprovados de 2006 a 2008



Fonte: Adaptado pelo autor com base na informação dos relatórios anuais referente ao período 2006 a 2008 do distrito de Erati

Segundo o gráfico 1, o valor do FIIL alocado aos projectos de produção de comida foi decrescente no tempo mas em termos globais foi o que absorveu mais fundo.

Gráfico 3. Distribuição de número de projecto do FIIL por subsectores de actividades



Fonte: Adaptado pelo autor com base na informação dos relatórios anuais do distrito de Erati ao período 2006 a 2008 do distrito de Erati

Embora o destaque vá para os projectos de produção do arroz, o financiamento de projectos de comercialização agrícola e pulverização de cajueiros, que de forma indirecta, deram importantes

contributos para o aumento da produção agrícola global durante o período em análise, a comercialização assegurava a geração da renda e rotação de estoques das culturas produzidas.

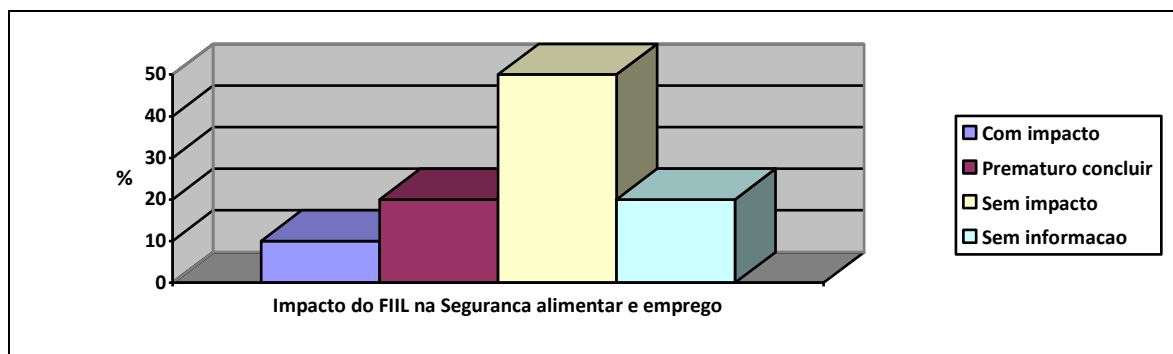
4.6. Caracterização da população entrevistada

Na sequência do inquérito realizado a 225 pessoas dos quais 200 pessoas eram independentes do FIIL e 25 eram beneficiárias directas do FIIL, constatou-se que as mulheres constituíam a maioria, correspondendo a 63% da amostra. As idades variam de 18 a 74 anos, sendo que a idade modal e mediana é de 32 e 33 respectivamente. Em termos de estrutura etária, referir que cerca de 60% dos entrevistados tinha uma idade compreendida entre os 18 a 34 anos de idade. Quanto a formação académica cerca de 61% havia frequentado ou concluído o nível primário (de 1ª a 7ª classe do SNE), 14% o nível básico, 11% o nível médio, sendo os restantes 14% sem escolaridade. (Vide apêndice 2 as tabelas sobre a caracterização da população entrevista

Segundo o inquérito feito aos 225 chefes de agregados familiar, distribuídos pelos três postos administrativos do distrito em análise, a maioria (51%) das pessoas entrevistadas exprimiu a ideia de que se tratava de um instrumento do Governo com vista a alocar fundos para o desenvolvimento das comunidades e uma minoria (17%) preferiu não comentar.

Entre os 225 agregados familiares considerados no estudo, 95 % revelou ter a agricultura como a sua principal actividade. As fontes principais de rendimento destes todos é a cultura de amendoim, 26% produzem a castanha de caju, 42% produzem o milho e 10% produzem a mapira, 20% o algodão e 52% pelo menos uma das culturas principais do distrito.

Gráfico 4. Resultado de inquérito aos chefes dos agregados familiares do distrito de Erati em %



Fonte: Dados do inquérito aos agregados familiares do distrito de Erati

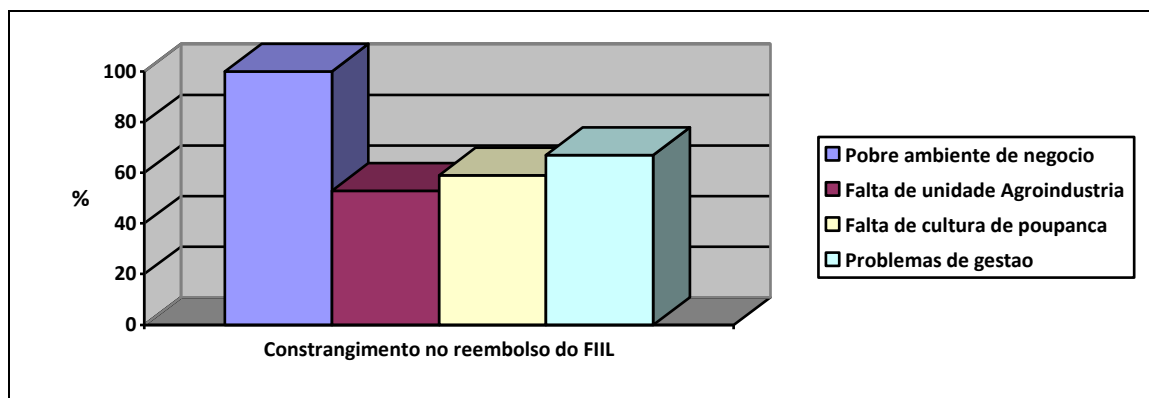
Sobre os mecanismos de gestão do fundo, cerca de 80% dos entrevistados acreditavam que os beneficiários tinham acesso ao fundo, porque apresentavam planos credíveis, enquanto que 21% compreendiam que o tinham por influência dos governantes locais ou membros dos conselhos locais.

No que concerne aos impactos que o FIIL pode gerar na sua dieta alimentar e emprego, 21% dos entrevistados respondeu que era prematuro concluir sobre o impacto do programa, pois este possuía apenas 3 anos de implementação. 50% julgava que não apresenta nenhum impacto às comunidades e 20% não estava informado sobre os resultados do programa.

Quanto aos reembolsos dos fundos, 76% dos entrevistados responderam que alguns garantem reembolso dos fundos dentro dos prazos estabelecidos, 24% respondeu que nenhum dos projectos fez o reembolso dentro dos prazos estabelecidos. Na prática, o distrito durante o período em análise apresentou um índice de reembolso baixo, inferior a 10%.

No tocante aos constrangimentos de reembolso do FIIL, todos os entrevistados consideraram que o ambiente de negócio a nível do distrito constitui um dos entraves, pois 53% respondeu que há falta de unidades de processamento, 59% justificou com a falta a cultura de poupança e 67% apresentaram problemas de gestão dos mesmos fundos.

Gráfico 5. Dados de inquéritos relativo aos constrangimentos do reembolso do FIIL



Fonte: Dados do inquérito aos agregados familiares do distrito de Eráti

Nada consta sobre a qualificação dos membros dos Conselhos Consultivos, que participaram na análise de projectos elegíveis para a concessão do fundo, nem da capacidade de execução dos projectos com financiamento do FIIL.

4.7. Padrões de Produção Agro-pecuária e Segurança Alimentar no distrito de Erati

Para uma melhor análise do impacto do FIIL no processo de desenvolvimento económico e social de Erati, embora o estudo abarque o período compreendido entre 2006 e 2008, houve necessidade de comparar as transformações ocorridas nesse período com o período 2003-2005, anterior à introdução do FIILL, tendo como o ano de referência o ano de 2006.

4.7.1. Produção agrícola de 2003 a 2008

Segundo os relatórios anuais do SDAE, as produções agrícolas das campanhas 2003 a 2008, foi determinada pelas áreas exploradas, pelos níveis de precipitação, pelo apoio dos serviços de extensão, sendo que na maior parte das culturas alimentares os planos foram realizados tanto em termos de áreas de produção, salvo situações em que o distrito viveu situações climatéricas adversas, como a estiagem e ciclones.

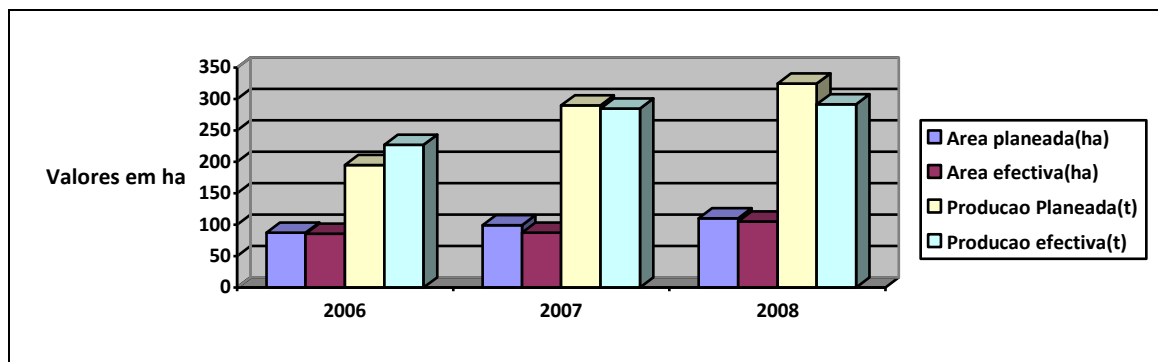
Dada a forte dependência do cultivo às condições naturais, a adopção de técnicas tradicionais de fertilização de solos, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas por parte de algumas famílias e a baixa capacidade dos solos em armazenar humidade durante o período de crescimento das culturas, a produção agrícola não foi bem sucedida, segundo ilustra a tabela 1 em apêndice.

Relacionando os dados de produção agrária global às realizações do FIIL, do gráfico 7, pode-se ler que durante o período de implementação do FIIL, de 2006-2008, em média no distrito foram produzidos anualmente 267.400 toneladas para uma área média de 92.686 hectares. Já do total de projectos financiados, a administração local registou que as culturas diversas produzidas ascenderam a 19.008 toneladas contra 802.212 toneladas produzidas pelos beneficiários directo FIIL a nível do distrito, o correspondente a 2,37% da produção global do distrito.

Das entrevistas realizadas aos 25 beneficiários do FIIL, apurou-se que com o financiamento obtido dos beneficiários do FIIL 10 produziam milho, 12 cajú, amendoim e gergelim, 4 produziam pelo menos uma das culturas mencionadas, do que resultou a produção total de 5.625 toneladas de culturas diversas numa área que varia entre 30 e 41 por cada produtor (Vide a tabela 1 e tabela 4 do apêndice 1). Porém, seis (6) beneficiários destinaram os fundos recebidos a

actividade estritamente comercial, como as lojas de sementes e de insumos agrícolas e uma associação de avicultores de frangos de abate.

Gráfico 6. Áreas e produção planeadas e efectivas no período 2006 a 2008



Fonte: autor com base nos Relatórios do SDAE de Erati de 2006 a 2008.

Durante a campanha agrícola 2005 - 2006, o distrito tinha como meta o cultivo de 87.750 hectares, prevendo-se 195.073 toneladas de produção de culturas diversas. Porém, foi semeada uma área total de 85.569 hectares, do que resultou numa produção efectiva de 226.687 toneladas, superior à produção estimada, como é ilustrado na tabela 1 em apêndice 1.

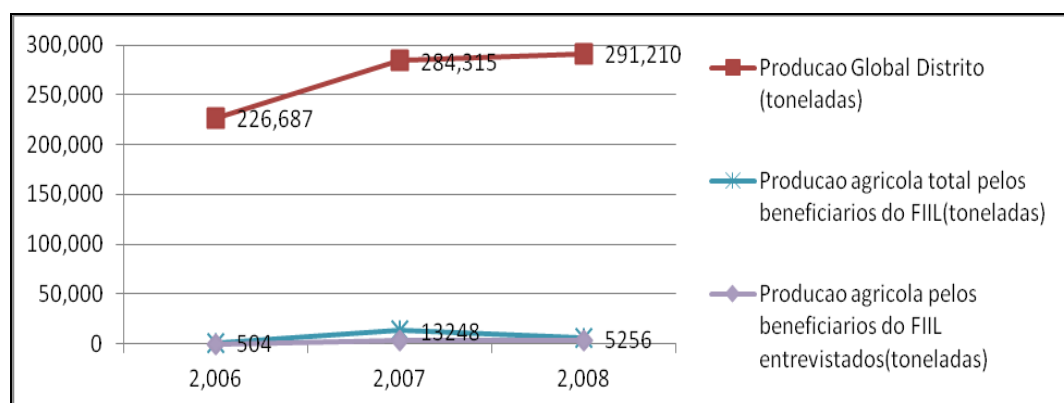
Este aumento, segundo os Serviços das Actividades Económicas do distrito, pode estar à associada a introdução do fundo FIIL, pois registou-se uma maior corrida na ocupação das machambas por parte das comunidades locais, com intuito de no futuro beneficiarem do crédito público disponível para o distrito.

Para a campanha agrícola 2006-2007, a meta do Distrito foi de 99.444 hectares com uma produção prevista de 289.437 toneladas de culturas diversas, mas efectivamente foram semeados 87.490 hectares, resultando numa produção efectiva de 284.315 toneladas de várias culturas.

Esta ligeira subida da produção com relação ao período anterior, para além dos factores atrás referidos, segundo a administração local deveu-se à aquisição de sementes melhoradas e meios de produção (tractores, enxadas, charruas), que elevaram a produção e a produtividade.

Em 2008, para a campanha agrícola 2007-2008, a meta do distrito foi de 110.000 hectares com uma produção prevista de 324.652 toneladas de culturas diversas mas foram semeados 105.000 hectares e produzidas 291.210 toneladas de culturas diversas.

Gráfico 7. Comparação da Produção agrícola entre a produção global do distrito com a produção pelos beneficiários entrevistados como não entrevistado



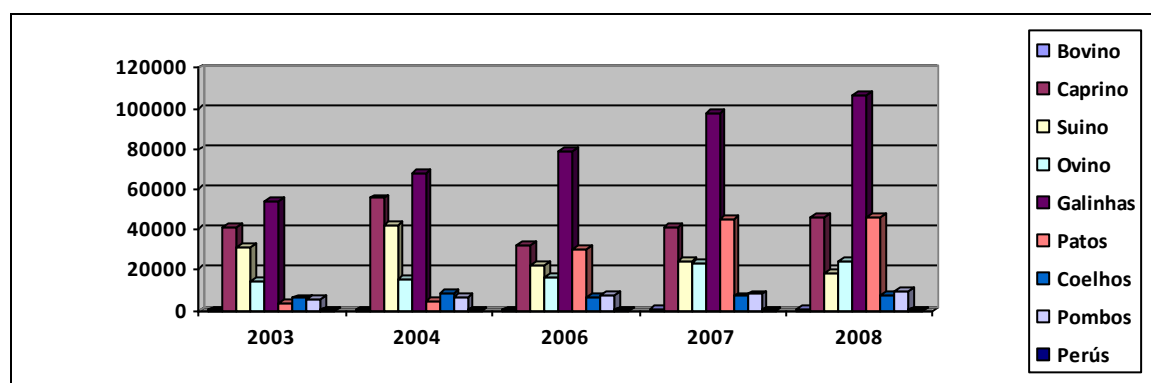
Fonte: Adaptado pelo autor com base nos Relatórios do SDAE de Erati de 2006 a 2008 e a entrevistas conduzidas

4.7.2. Produção pecuária de 2003 a 2008

Os animais domésticos mais importantes no distrito de Erati, para o consumo dos agregados familiares locais e para comercialização são: galinhas, patos, cabritos, ovelhas, porcos, e bois. Não é habitual o uso de tracção animal no distrito.

As actividades do ramo são levadas a cabo pelos extensionistas existentes no distrito e, de acordo com os dados dos arrolamentos pecuários, realizados anualmente em Dezembro, de 2003 até 2008, existe no distrito o seguinte efectivo animal por espécie: galinhas, patos, cabritos, ovelhas, porcos, e bois.

Gráfico 8. Evolução de número de efectivos pecuários de 2003 a 2008 no distrito de Erati



Fonte: Autor baseados nos relatórios anuais do SDAE, distrito de Erati de 2006 a 2008

Durante o período 2003 a 2008, o distrito registou um crescimento positivo de gado bovino, caprinos, ovinos, galinhas, patos, coelhos, pombos e perús, com excepção de suínos. O número de unidades de gado caprino apenas registou uma queda em 2006, relativamente a 2004. O gado suíno, de 2003 a 2008, foi decrescendo, variando de 18.700 a 31.250 unidades. Esta redução esteve associada à peste suína que assolou a região. (Vide a tabela 2 no apêndice 1).

Segundo o SDAE, a actividade pecuária beneficiou-se do FIIL desde o ano de 2006, para efeitos de fomento pecuário levado a cabo pelo Governo Local e a mesma fonte refere ainda que a injeção do FIIL permitiu a intermediação na aquisição de efectivos bovinos e sua comercialização, o que trouxe renda adicional das famílias facto que fez a comunidade local aderir às actividades de pecuária.

O FIIL contribui significativamente no fomento pecuário, especificamente com financiamento de projectos de avicultura e de criação de gado bovino para além de *procurement* por parte do Governo Local na aquisição de gado de bovino.

4.7.3. Segurança Alimentar no Distrito

O distrito de Eráti foi considerado problemático em termos de segurança alimentar e nutricional (SETSAN, 2006). Apesar da agricultura constituir a maior fonte de rendimento para os agregados familiares, a disponibilidade de reservas alimentares do distrito é precária. Dados do TIA (2006) mostram que a proporção de agregados familiares com reservas de alimentos segue um padrão sazonal, sendo Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e Maio os meses durante os quais a maioria dos agregados familiares não dispõe de reservas de alimentos básicos.

O distrito tem sido vulnerável à variação das condições climáticas que afectam a vida social e económica da comunidade. Estes desastres associados a fraca produtividade agrícola, conduzem a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2,5 meses a média de tempo com disponibilidade de reservas alimentares de cereais e mandioca de uma por parte dos agregados familiares e havendo outra parte da população em situação deplorável.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de actividades de sobrevivência que incluem a participação em programas de “comida por trabalho”, de recolha de frutos silvestres, venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e caça.

Dos 225 entrevistados, 78% confirmaram que de 2003 a 2007 não enfrentaram problemas de crise alimentar, e, segundo eles, o facto deveu-se à forte intervenção do Governo e das ONGs na sensibilização das boas práticas agrícolas, armazenamento e estabelecimento de prioridades na aplicação do FIIL em actividades de produção de cereais básicos, tais como o milho e a mapira, além de actividades de fomento pecuário levadas a cabo pela administração local.

Já em em 2008, ainda que os sintomas de insegurança alimentar persistiam, o distrito de Eráti registou significativas melhorias. Segundo o balanço do Plano Económico e Social de 2008, o distrito apresentou uma situação de segurança alimentar garantida até Janeiro de 2009, para os cereais, e, até Março de 2009, para raízes e tubérculos.

Todos os agregados familiares comercializavam os excedentes e com a ajuda dos extensionistas agrários conseguiam adoptar mecanismo de conservação dos seus produtos.

Os níveis de produção agrários registados no período em análise, determinaram a disponibilidade da produção, e, a partir da população entrevistada, confirma-se que a comercialização era feita caso houvesse excedentes, depois de consideradas as necessidades básicas para o auto-consumo.

A presença de alguns sinais de insegurança alimentar, umas vezes causada por falha na distribuição dos resultados da produção, veio a ser resolvida pelo aumento global da produção das diversas culturas durante o período em análise, todavia, fica ainda o dilema buscar mecanismos para melhorar o acesso do resultado pelas comunidades locais.

4.7.4. Comercialização agrária e sua acessibilidade ao corredor de desenvolvimento do norte

O distrito possui algumas ligações comerciais com mercados distantes, sendo os excedentes de de cajú, do amendoim e do gergelim a base da actividade comercial. O distrito é o maior produtor de cajú. As transacções ocorrem localmente, com os distritos vizinhos e com as cidades de Nampula, Beira, Xai-xai, Maxixe e Maputo.

Existe correlação positiva entre a comercialização e os níveis de produção. Nos que apresentaram baixos níveis de comercialização dos excedentes, devido a factores que adiante estão apresentados, a produção agrícola registou também uma queda e nos anos em que se

registou o aumento nos níveis de comercialização houve maiores níveis de produção e produtividade agrícola.

Esta relação demonstra uma forte implicação da comercialização como incentivo à produção, sendo esta de alguma forma estimulada pelo FIIL.

As principais limitações à comercialização, são a falta de excedentes, a distância até aos mercados, os baixos preços aos produtores do que resulta a falta de poder de compra por parte das comunidades locais, bem como a inexistência de instituições de microfinanças, que dinamizariam a produção e a comercialização agropecuária no distrito.

O sucesso da comercialização, dentre vários factores, está associado a acessibilidade do distrito de Eráti ao sistema nacional de estradas e à melhoria de algumas infra-estruturas.

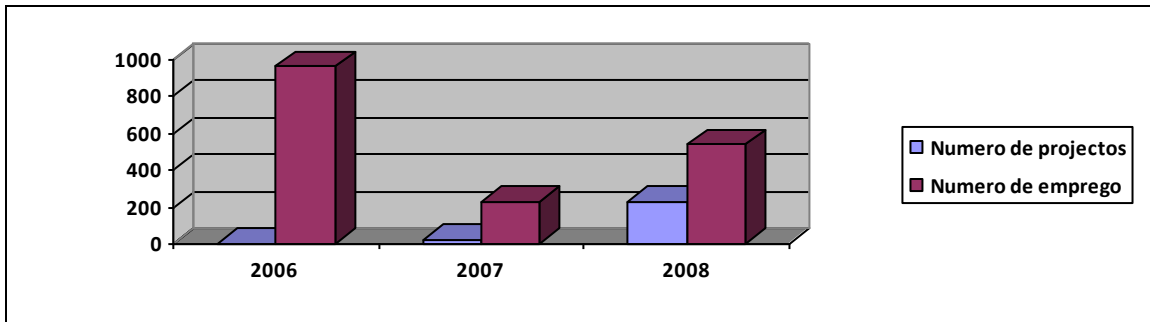
A rede comercial do Distrito é composta por 87 estabelecimentos dos quais 58 estão em funcionamento contra 24 do ano 2007 e os restantes 29 uns estão encerrados por falta de capacidade financeira dos proprietários, enquanto que outros foram destruídos durante o conflito armado que o país viveu.

4.8. Empregabilidade do FIIL

Em relação ao FIIL a nível do distrito, durante o período 2006 - 2008, dos 266 projectos aprovados foram financiados 228 projectos, que geraram cerca de 1.726 postos de emprego, na agricultura e na comercialização, com destaque para os anos de 2007 e 2008.

Até 2006, foram financiados apenas 8 projectos, que geraram 958 postos de emprego; até 2007, foram financiados 30 projectos que geraram 232 empregos e, por último, em 2008, foram financiados 228 projectos que geraram 536 postos de emprego.

Gráfico 9. Evolução de número de projectos e empregos de 2003 a 2008 em Eráti

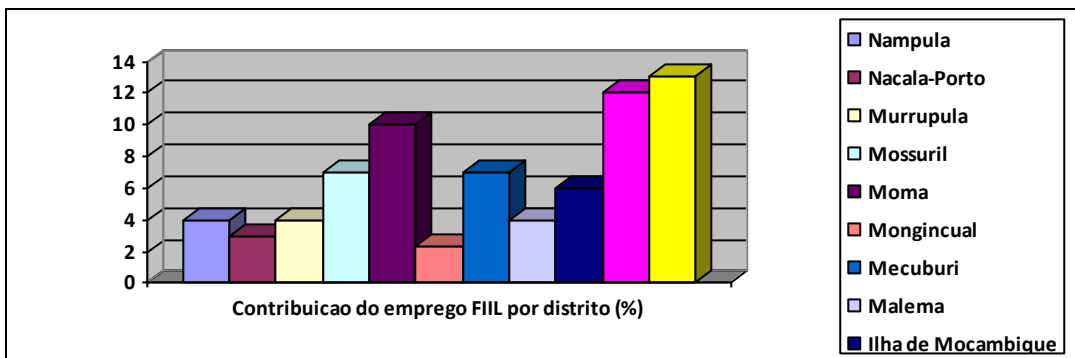


Fonte: Autor baseados nos relatórios anuais do SDAE, distrito de Erati de 2006 a 2008

Em média, ao longo dos três anos (2006 – 2008), na província, foram gerados 363 postos de trabalhos, e, a nível do distrito, foram anualmente gerados 326 postos, nível abaixo da média da província e abaixo da média nacional, que é de 855 empregos por distrito.

Cerca de 5% do total de empregos em relação a província de Nampula foram gerados pelo distrito de Eráti. O distrito de Memba contribuiu com 13% do total de emprego, Angoche 12%, Moma 10%.

Gráfico 10. Contribuição do emprego no âmbito do FIIL em 2008



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados FIIL fornecidos no SDAE de Eráti

Em termos efectivos, o número global de empregos gerados pelos projectos beneficiários do fundo é um dado significativo para o distrito, pois, com base na relação de dependência de 1:1,2, isso representa um total de 20.712 pessoas a serem também beneficiadas.

Observando o **gráfico 10**, pode-se perceber que a tendência dos níveis de postos de emprego gerado ao longo do período em média foi decrescente, devendo ao facto de no primeiro ano terem sido incluídas actividades de reabilitação de infra-estruturas, tais como abertura de vias de acesso, manutenção e reabilitação da administração local e da residência do administrador do distrito.

4.9. Discussão de Resultados

De um modo geral, apesar do potencial agrícola de que o distrito é característico, o cultivo de culturas de rendimento e venda dos seus excedentes representa ainda níveis muito baixos, na medida em que a prática da agricultura tradicional de subsistência revela-se muito vulnerável às condições climáticas adversas e às pestes. A escassez de comida para a população local, inferida do grupo entrevistado, continua a representar uma grande preocupação para população do distrito, especialmente nos meses de Outubro a Abril.

Sob o ponto de vista econométrico, com base nos dados recolhidos, a relação entre o FIIL global destinado ao distrito e os resultados de produção global do distrito, durante o período em análise, é positiva, ou seja, apresenta um grau de relação na ordem de 28%. Ao nível de significância de 5%, o FIIL muito pouco explica a produção global, sendo que o coeficiente de determinação (R^2) é 7%. Isso deveu-se ao facto do valor do FIIL ter sido estável durante o período em análise.

Por sua vez, a relação entre o FIIL destinado exclusivamente as actividades de produção de alimento e a produção global do distrito é positiva com um grau de relação de 52%. O FIIL também pouco explica os resultados globais da produção, pois o R^2 é 27%.

Com base na tabela 4 do apêndice 1, desagregando essa constatação, a relação entre a produção agrícola global do distrito e a produção agrícola total pelos beneficiários do FIIL, está na ordem de 71% com um coeficiente de determinação na ordem de 52%. Já a relação entre os resultados da produção pelos 25 beneficiários entrevistados e a produção Global é de aproximadamente 100% e o mesmo acontece para o coeficiente de determinação.

O FIIL, desde o ano da sua introdução, trouxe algum impacto nas variáveis que constituíram um dos principais objectivos da sua criação, nomeadamente no seguinte:

- Um total de 264 pessoas (de alguma forma, estavam excluídas do sistema financeiro) que tiveram o acesso ao crédito público para aplicarem em seus negócios, melhoraram as suas condições de vida;
- No emprego, subiu para 1.726 o número de trabalhadores referentes a vários sectores, tendo contribuído em 5% do emprego gerado, embora abaixo do valor médio da província de Nampula;
- Na produção agrária e no fomento pecuário, apesar da sua contribuição ter sido decrescente de 2007 a 2008 e de menos expressão em 2008;
- Na dinamização da comercialização a nível do distrito através de abertura de cantinas, lojas agrárias e estabelecimentos comerciais, que garantiram o escoamento da produção.

O FIIL parece a reforçar, a produção agrária com vista a garantir a segurança alimentar, numa primeira fase, e, posteriormente, a orientar os produtores para o mercado de forma a garantir a sustentabilidade do negócio. Porém, a comercialização embora não quantificada contribuiu na dinamização da produção agrária.

A tendência do impacto do FIIL na produção agrária foi decrescente, podendo isso estar associado a forma como o FIIL era inicialmente utilizado, pois a distribuição apresentada no gráfico 1 mostra que a alocação efectiva não acompanhou os grandes objectivos da criação do FIIL, nomeadamente, aumento da produção de comida e geração de emprego. Por exemplo, em 2008, o valor de investimento de projectos para a produção de comida reduziu de 60.55% para 13.33% em relação ao ano anterior.

Tendo em conta o número de peticionários que não beneficiaram dos fundos por este já se encontrarem esgotados, pode-se perceber que a dificuldade do acesso aos recursos financeiros continua sendo um dos principais obstáculos para os produtores locais, em particular, o grupo de pequenos camponeses e familiares, cujos efeitos podem directa ou indirectamente fazer-se sentir na comercialização, para desenvolver o tecido produtivo local.

Com relação ao financiamento, o desafio actual é mobilizar recursos públicos e privados e canaliza-los aos produtores por meio de mecanismos que promovam a competitividade, o uso

sustentável de recursos e a inclusão de pequenos produtores em mercados cada vez mais globalizados.

Analisando a evolução das culturas produzidas no distrito pode-se notar, com excepção das culturas do milho, que estas atingiram o seu máximo de produção no período após a introdução do FIIL.

Há uma relação positiva entre o número de projectos financiados e os volumes de produção alcançados no período em análise, e uma relação positiva entre os resultados de produção agrícola pelos beneficiários do FIIL com os resultados da produção agrícola global do distrito.

Há uma similaridade do FIIL com relação ao PPI, no que tange à socialização do campo, apresentando alguns objectivos comuns, a saber catapultar, o pequeno produtor na produção da comida e geração do emprego. A diferença entre os dois instrumentos consistiu na maneira como cada um foi implementado. O PPI introduzia a componente mecanização massiva da agricultura enquanto que o FIIL deu mais enfoque a compra de insumos agrícolas (adubos e fertilizantes) e alguns equipamentos agrícolas básicos (charuas, enxadas, gado para tracção animal e aluguer de tractores).

Porém, as medidas do PPI, em contrapartida, geraram os problemas de desemprego, aumento do trabalho sazonal, falta de assistência técnica às máquinas e falta de insumos para a produção; negligenciou-se o sector familiar e houve diminuição da produção nacional comercializada, dando assim início à multiplicação da situação de sabotagem e de insegurança pública.

V. CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DOS RESULTADOS

5.1. Conclusões

No presente estudo, procurou-se analisar a eficácia do FIIL no desenvolvimento económico do distrito de Eráti, tendo sido analisadas as dinâmicas sócio-económicas do distrito. Para o efeito, foram usadas a variável independente (i) *Fundo de Investimento de Iniciativa Local* (medido a partir do valor dos fundos disponibilizados ao distrito em estudo), e, a variável dependente (ii) *Desenvolvimento Económico Local* (medido pelos níveis de produção agrícola, disponibilidade e acesso ao consumo para a satisfação das necessidades básicas de alimentação).

A análise baseou-se em dados empíricos colhidos junto de 225 chefes ou representantes de agregados familiares, dentre os quais entrevista a 25 são beneficiários directo do fundo, pertencentes a três (3) postos administrativos do distrito de Eráti (Namapa, Alua e Namirôa).

Os resultados da análise apontam para melhorias dos níveis de produção agrária, dos níveis de consumo e de emprego dos entrevistados. Porém, estes resultados não estão exclusivamente relacionados com o impacto do FIIL, pelos seguintes motivos: (i) a contribuição de outros recursos materiais, financeiros e humanos prestados pelo Governo e ONG's na provisão de serviços de saúde, educação, transporte e comunicações; (ii) os volumes de produção agrícola antes e depois da introdução do Fundo foram irregulares, enquanto que os fundos se mantiveram estáveis ao longo do tempo em análise; (iii) o número de empregos registados não é efectivo, mas sim potencial e captados aquando da solicitação dos fundos e (iv) O aumento das áreas ocupadas é sobretudo resultado da pressão demográfica no distrito.

O valor do FIIL destinado a projectos de geração de emprego, ao longo do período em análise, teve uma tendência crescente. Como resultado, o emprego neste mesmo período registou um crescimento significativo. Porém, nos documentos oficiais nada consta sobre a qualidade desse mesmo emprego (por exemplo, o regime ou vínculo contratual, o pacote salarial e regalias, ambiente de trabalho), pois estes não constituíam parte dos requisitos exigidos para a atribuição dos fundos.

O valor do FIIL destinado aos projectos de geração de alimentos foi irregular, porém o valor global da produção observou uma tendência crescente.

Sob um ponto de vista económetrico, com base nos dados analisados, a relação entre o FIIL global destinado ao distrito e os resultados da produção global do distrito, durante o período em análise é positiva mas fraca, o que correspondente a um grau de relação na ordem de 28%. Ao nível de significância de 5%, o FIIL explica muito pouco a produção global, pois o coeficiente de determinação é de 7%. Por sua vez, a relação entre o FIIL destinado exclusivamente às actividades de produção de alimento e a produção global é também positiva com um grau maior de relação de 52%. Contudo, este também pouco explica os resultados globais da produção, pois o coeficiente de determinação é de 27%, ou seja 27% da variação da produção global da produção é explicada pela variação do valor do FIIL.

Desta análise, pode-se concluir que o FIIL pouco contribuiu no aumento da produção global de alimentos, na geração de emprego e na dinamização do comércio rural. Os resultados ora alcançados dependem mais de outros factores, ligados a organização e ao funcionamento da economia e da sociedade local, do que do FIIL.

Apesar desses resultados, o FIIL trouxe uma nova dinâmica social ao distrito de Eráti no que concerne à participação das autoridades locais na definição da visão e estratégia do desenvolvimento económico e social do distrito.

Diferentemente dos locais onde existe uma forte expressão do sector bancário e microfinanceiro, a presença do FIIL (crédito público subsidiado) ao nível deste distrito, ainda que não tenha sido alocada de forma institucionalizada, sugere o estabelecimento de bases da futura rede rural financeira do distrito de Eráti, quer seja pública ou privada. Uma vez estabelecida essa poderá contribuir para o equilíbrio entre o mercado real e o mercado monetário local, trazendo assim, maior eficiência para a economia do distrito.

A conclusão a que se chegou é a de que o Fundo de Investimento de Iniciativa Local pode ser considerado um instrumento de crédito público de promoção do desenvolvimento económico e social do distrito de Eráti, na medida em que os esforços locais materiais, financeiros e humanos tendem a responder às questões básicas do aumento da produção, do acesso aos alimento e do emprego.

5.2. Implicações dos resultados do estudo

- ✓ A distribuição do FIIL deve ser tal que garanta e reforce a sua eficácia através do estabelecimento de infra-estruturas de apoio à produção e estabelecimento de indicadores quantitativos (não somente qualitativos) para avaliar o seu impacto;
- ✓ Contrariamente a orientação generalista, à gestão do Fundo de Investimento de Iniciativa Local deve ter em conta as potencialidades e cadeias de valor estratégicas para o desenvolvimento do distrito;
- ✓ Não se deve somente alistar os constrangimentos do desenvolvimento local, mas, muito mais do que isso, sistematizar a informação, perceber em que contexto social e económicos estes constrangimentos se inserem e identificar as capacidades locais compatíveis para a sua remoção;
- ✓ Sugere-se que os objectivos sejam traduzidos em indicadores mensuráveis para uma melhor avaliação da eficácia do FIIL;
- ✓ Sugere-se que se aumente o nível de agro-processamento no distrito, para incentivar a produção e acrescentar o valor aos resultados dessa produção;
- ✓ Sugere-se que se crie um ambiente favorável ao estabelecimento de agências de crédito e de financiamento no distrito de forma a monetarizar a economia local e, alternativamente, captar a poupança para o circuito económico local e, por sua vez, corrigir ou minimizar a falha no mercado de capital.
- ✓ As questões básicas passam por uma gestão sustentável, que só por ser conseguida pela rotatividade do fundo, para poder oferecer e alargar as oportunidades aos que aguardavam pelos empréstimos e para aqueles que solicitam novos pedidos de financiamento.

BIBLIOGRAFIA

Manuais

- ARAUJO, Kleyferson Porto de. (2004). Desenvolvimento Económico Local em Porto Alegre e Santo André. Campinas.
- BAPTISTA, José André Galvão. (2003). As Micro-empresas em Cabo-Verde e suas necessidades de financiamento inicial – Factores determinantes.
- BARTIK, Timothy J. (2003). *Local Economic Development Policies - The W.E. Upjohn Institute for Employment Research.*
- BUAINAN et all. (2007). Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos. Série Agronegócios, Brasília, DF, v.5, IICA: MAPA/SPA.
- CEPAL. (1996). *La Economía Neoinstitucional, la Descentralización y la Gobernabilidad Local. Bogotá, Proyecto regional CEPAL – GTZ – descentralización fiscal en América Latina.*
- CHAVES & CLAUDIO. (1996). *The Design of Rural Financial Intermediaries: Evidence from Indonesia.*” *World Development* 24 (1)
- COSTA, LOCH e DE SOUZA (2006). O Setor Público como agente de desenvolvimento: perspectivas de modernização da administração pública municipal. - Departamento de Ciências da Administração - UFSC - CEP – Florianópolis.
- FAM. (2004). FAM – *Food Aid Management*
- FIELDS, Gary. (1989). *Changes in Inequality and Growth in Developing Countries. The World Bank - Research Observer.*
- FILHO, Fernando Ferrari. (2006). As concepções teórico-analíticas e as proposições de política económica de Keynes. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 10
- GULLO, Maria Carolina Rosa. (2001). O Fundo Estadual de apoio ao desenvolvimento dos pequenos rurais – FEAPER - Uma análise dos 10 anos dos problemas de inadimplência. Porto Alegre Pag. 71-82
- GWEN et all, (2006) - Manual para Desenvolvimento Económico Local – Banco Mundial.

- HEINO & PAGÁN. (2001). *Assessing the Need for Microenterprises in Mexico to Borrow Start-up capital,*” *Journal of Microfinance.*
- MAXWELL, S., FRANKENBERGER, T. (1992). *Household food security: concepts, indicators, and measurements: a technical review.* New York: UNICEF and IFAD.
- MUSGRAVE, Richard Abel. (1959). *The theory of public finance: A study in public economy – New York. McGraw Hill.*
- SCHRÖDER , Mônica .(2005). *Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar — o sistema cresol (1995 – 2003).* Campina.
- SEN, A. (1981). *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation.* 1a ed. Oxford: Clarendon Press.
- TODARO, M. (1979). *Introdução a Economia: Uma visão para o terceiro Mundo.* Rio de Janeiro, Editora Campus.
- WEBBER, M. (1991). *Sobre a teoria das Ciências Sociais,* São Paulo, Editora Moraes
- WOLLER, et all. (2008). *Where to microfinance - Warner Woodworth Marriott School Brigham Young University*

Papers

- CASTEL – BRANCO, Carlos. (2003). In programa de seminário/debate para a visão do Desenvolvimento agrário – Introdução às dinâmicas do sector agrário em Moçambique e o significado da promoção do sector agrário em Moçambique;
- CHICHAVA, J. (2008) – Brochuras de Lições de Economia de Moçambique; - Economia Política e Desenvolvimento - Revista Científica Universitária;
- CHICHAVA, J. (2008). *As vantagens e Desvantagens Competitivas da Integração de Moçambique na África Austral.* Universidade Eduardo Mondlane, Maputo. – Publicado pela Revista Científica Universitária em Janeiro de 2011;
- GTZ/DDM/PROMOCAP. (2005). *Estratégia para o Desenvolvimento Económico Local “EDEL” na sua vertente distrital – Governo da Província de Nampula;*
- MAXWELL & WIEBE. (1998). *Land Tenure and Food Security: A Review of Concepts, Evidence, and Methods.* Land Tenure Center. 37 p. *Research paper 129.*
- PNUD (2001) *iPRSP – Poverty Reduction Strategy Paper,* Praia, Cabo Verde.

- WOLLER, G.M., Dunford C and Woodworth W. *Where to microfinance? (Available in part two: selected readings)*. <http://www.gdrc.org/icm/where-to-mf.html>

Estratégias, Decretos, Relatórios e Inquéritos

- SETSAN. (2006) Relatório Sobre a Segurança Alimentar e Nutricional
- República de Moçambique, Maputo, Ministério da Agricultura (MINAG), Direcção de Economia, Departamento de Estatística, Trabalho de Inquérito Agrícola, 2006.
- Lei sobre os Órgãos Locais do Estado: (Lei nº 8/2003 e o Decreto de 11/2005). 2005. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2005
- OIT. (2002). *Gestión de las discapacidades en el lugar de trabajo*. Repertorio de recomendaciones prácticas de la OIT. Oficina Internacional del Trabajo. Ginebra
- PNUD, Artpapdel. (2009). *Local Economic Development Process Support Programme (ART-PAPDEL) - Duration: 3 years; 2009 – 2011*.
- Plano Quinquenal do Governo 2005 – 2009 – Decreto 16/2005, de 11 de Maio
- Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta II (2006-2009). 2006. Maputo
- UNCTAD – World Investment Report 2009

Entrevistas

- Aos funcionários da Direcção Provincial de Planificação e Finanças de Nampula;
- Ao Assessor do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas da Província de Nampula;
- Ao Administrador do Distrito de Eráti, na Província de Nampula;
- Ao Director dos Serviços das Actividades Económicas do distrito de Eráti; e
- Aos Chefes de agregado familiar ou seus representantes.

Sites consultados

- <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000106019>
- www.nepad.org

APÊNDICE

Apêndice 1. Estatísticas de produção agrária e dados sobre o FIIL no distrito de Eráti

Tabela 1. Produção Agrícola de 2003 a 2008

Culturas	Produção real em toneladas					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Milho	8.536	9.108	15.199	15.984	12.615	13.240
Mapira	10.136	1.068	12.000	12.000	10.634	5.590
Mexoeira	589	650	532	991	2.184	253
Arroz	2.889	2.668	1.751	2.350	2.974	2.386
Feijões	3.968	3.995	2.698	3.129	4.763	3.918
Amendoim	4.127	4.675	3.397	1.820	4.975	4.755
Mandioca	2.171	221.972	152.880	182.095	237.118	249.780
Batata-doce	516	600	400	60	400	475
Algodão	4.520	4.920	5.200	3.456	2.864	2.290
Gergelim	1.777	1.800	675	1.003	1.550	4.560
Girassol	90	150	72	16	93	250
Cajú	ND ¹⁰	ND	ND	3.784	4.145	2.850

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos relatórios anuais do SDAE do distrito de Eráti

Tabela 2. Unidade de efectivos pecuários existentes no distrito de Eráti de 2003 a 2008

Espécie	2003	2004	2006	2007	2008
Bovino	21	38	136	242	218
Caprino	41.507	55.504	32.600	41.000	46.180
Suíno	31.250	42.426	22.200	24.500	18.700
Ovino	14.338	15.618	16.600	23.000	24.600
Galinhas	54.327	68.315	79.000	98.000	106.600
Patos	3.934	4.826	30.000	45.000	46.100
Coelhos	6.026	8.145	6.654	7.000	7.770
Pombos	5.448	6.290	7.590	8.040	9.450
Perús	60	120	150	179	180

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos relatórios anuais do SDAE do distrito de Eráti

¹⁰ ND – Informação não disponível

Tabela 3. Taxas de crescimento da produção agrícolas de 2003 a 2008

Culturas Produzidas	2004/ 2003	2005/ 2004	2006/ 2005	2007/ 2006	2008/ 2007	Média
Milho	6,71	66,87	5,16	-21,08	4,95	9,18
Mapira	-89,47	1.023,81	0,00	-11,38	-47,43	-11,22
Mexoeira	10,38	-18,17	86,24	120,47	-88,42	-15,55
Arroz	-7,65	-34,37	34,21	26,55	-19,77	-3,75
Feijões	0,68	-32,47	15,96	52,24	-17,74	-0,25
Amendoim	13,29	-27,34	-46,42	173,35	-4,42	2,87
Mandioca	10.124,88	-31,13	19,11	30,22	5,34	158,34
Batata doce	16,28	-33,33	-85,00	566,67	18,75	-1,64
Algodão	8,85	5,69	-33,55	-17,13	-20,04	-12,72
Gergelim	1,32	-62,50	48,59	54,54	194,19	20,75
Girassol	66,67	-52,00	-77,78	481,25	168,82	22,67
Cajú				9,54	-31,24	

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos relatórios anuais do SDAE do distrito de Eráti

Tabela 4. Dados comparativos entre a produção global do distrito e o impacto dos projectos no contexto do FIIL

Produção de culturas agrícolas diversas		2,006	2,007	2,008	Média
Distrito	Produção Global toneladas	226.687	284.315	291.210	267.404
	Áreas semeadas Global (ha)	85.569	87.490	105,000	92.686
	Rendimento por hectare	2,65	3,25	2,77	2,89
FIIL Distrito	Produção total (toneladas)	504	13248	5256	6.336
	Áreas semeadas total (ha)	210	5600	2950	2.920
	Rendimento (t/ha)	2,40	2,37	1,78	2,17
	Nº de beneficiários	7	184	73	88
	Área por beneficiário (ha)	30	30	40	34
FIIL 25 Entrevista dos	Produção (toneladas)	-	2.625	3.000	1.875
	Área semeada (ha)	-	875	1.000	625
	Número de beneficiário	-	875	1.000	625

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos relatórios anuais do SDAE do distrito de Eráti e nas entrevistas realizadas

Tabela 5. Distribuição dos projectos do FIIL por postos administrativos de 2006 a 2008

Ano	Postos Administrativos	Projectos Submetidos	Projectos Aprovados	Projectos Reprovados
2006	Alua	16	2	14
	Namirôa	23	1	22
	Namapa – Sede	34	5	29
	Sub-total	73	8	65
2007	Alua	56	10	46
	Namirôa	43	7	36
	Namapa – Sede	73	13	60
	Sub-total	172	30	142
2008	Alua	150	83	67
	Namirôa	121	56	65
	Namapa – Sede	143	89	54
	Sub-total	414	228	186

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos relatórios anuais do SDAE do distrito de Eráti

Apêndice 2. Caracterização da população entrevistada

Tabela 6. Faixa etária dos inquiridos e respectiva distribuição de frequências

IDADE (Anos)	Frequência Simples	Frequência Acumulada	% Simples	% Acumulada
[18 - 22[5	5	2,2	2,2
[22 - 26[27	32	12,0	14,2
[26 - 30[39	71	17,3	31,6
[30 - 34[46	117	20,4	52,0
[34 - 38[24	141	10,7	62,7
[38 - 42[22	163	9,8	72,4
[42 - 46[11	174	4,9	77,3
[46 - 50[12	186	5,3	82,7
[50 - 54[7	193	3,1	85,8
[54 - 58[5	198	2,2	88,0
[58 - 62[15	213	6,7	94,7
[62 - 66[3	216	1,3	96,0
[66 - 70[5	221	2,2	98,2
[70 - 74[4	225	1,8	100,0
Total	225		100,0	

Fonte: Adaptado a partir da informação recolhida dos inquéritos aos agregados familiares ou seus representantes

Tabela 7. Nível de escolaridade dos 225 chefes de agregado familiar entrevistados

Descrição	Nível primário		Nível Básico		Nível Médio		Sem escolaridade		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Homens	40	17.8	16	7.1	14	6.2	19	8.4	89	39.6
Mulheres	97	43.1	16	7.1	10	4.4	13	5.8	136	60.4
Total	137	60.9	32	14.2	24	10.7	32	14.2	225	100

Fonte: Dados de inquérito as 225 chefes de agregado familiares do distrito de Erati

Tabela 8. Sumário estatístico das idades da população entrevistada

Média	38
Erro Padrão	4
Mediana	34
Moda	32
Desvio Padrão	12
Variância Amostral	158
Kurtoise	-1.2
Skewness	
Range	52
Mínimo	18
Máximo	74
Total	225

Fonte: Dados de inquérito as 225 chefes de agregado familiares do distrito de Erati

Apêndice 3. Análise de dados

Tabela 9. Correlação e Coeficiente de Determinação (R^2)

Anos	Produção (t) = Y	FIIL (MT) = X1	FIIL Agricultura (MT) = X2
2003	39,318.20	-	-
2004	251,606.50	-	-
2005	194,803.90	-	-
2006	22,687.00	7,000,000	90,000
2007	284,315.00	8,677,250.00	5,100,000
2008	291,210.00	8,677,250.00	1,110,000
Correlação(Y,X)		27.74%	51.87%
RSQ(Y,X)		7.70%	26.90%

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos relatórios anuais do SDAE do distrito de Erati e das entrevistas realizadas

Apêndice 4. Modelo de Questionários

Modelo B1 - Inquérito destinado aos beneficiários do FOIL dos Agregados Familiares do distrito Eráti

Inquérito destinado aos beneficiários do FOIL dos Agregados Familiares do distrito Eráti e sua aplicação na aplicação na actividade agrária em 2008

1. Nome completo:.....
2. Género: Masculino Feminino
3. Profissão/ocupação:
4. Estado Civil: Casado/a Solteiro/a União marital Viúvo/a
Divorciado/a
5. Grau académico
Primária do 1º Grau
Primária do 2º Grau
Secundário ou mais
Nenhum
6. N° de membros de AF:
1 a 2
3 a 4
5 a 6
7 ou +
7. N° de dependentes
8. Actividade praticada antes do FIIL
9. Fonte de renda:

Função Pública Empresa privada Auto emprego
10. Para caso de auto emprego especifique a fonte de financiamento para actividade agrária:
FOIL ONGs Salário Outros
11. Formas de aplicação do FIIL
12. Resultados do FIIL
13. Formas de aplicação do FIIL
14. Despesas do AF:
Alimentares (diário):
Rúbrica Valor (MT)
Farinha de milho (.....)
Arroz
Feijões (.....)
Açúcar (.....)
Peixe (.....)
Carne
Óleo (.....)
Vestuário (anual) (.....)

Modelo B2 – Inquérito destinados a população entrevistada independentes do FIIL

Ficha de Inquérito N° ____

Província de _____

Distrito de _____

Comunidade Local de _____

Introdução

O presente inquérito surge no contexto do estágio e levantamento de dados para preparação de trabalho de licenciatura de *Lázaro Augusto Conde Arvista Nhangombe*, estudante da faculdade de Economia.

O inquérito tem por objectivo colher dados que irão permitir avaliar o processo de planificação e finanças descentralizadas na Província de Nampula..

A informação que será recolhida no âmbito do inquérito será estritamente confidencial e não haverá lugar para divulgação de informação de forma individualizada ou que identifique o inquirido.

O inquérito tem um fim eminentemente investigativo e destina-se `as comunidades locais ao Distrito de Eráti, na Província de Nampula.

A. Dados Pessoais (Facultativo)

Nome do Chefe de família¹¹: _____

Data de Nascimento _____ Idade _____ Género _____

Naturalidade _____ Nível Académico _____

Comunidade local de _____

Ocupação/Profissão _____

B. Perguntas sobre a descentralização democrática

Marque com X a alternativa conforme a sua opinião

1. Já ouviu falar do programa de descentralização?
 - Sim Não
2. Na comunidade em que vive tem havido reuniões comunitárias para se discutir sobre as necessidades básicas da comunidade/vila/quarteirão
 - Sim Não Não está informado

¹¹ Ou alguém que represente o chefe da família em caso da ausência ou indisponibilidade.

3. O comunicado e a agenda da reunião tem sido passado as comunidade locais com antecedência?

- Sim Não Não está informado

4. Quais os meios usados na difusão dessa informação?

- Rádio/TV/Jornal Jornal Comunitário Chefe comunitários Outros

Em caso de outros especifique _____

5. As reuniões são regulares

- Sim Não Não tem informação

6. Qual a periodicidade das reuniões

- Quinzenal Mensal Trimestral Quadrimestral Semestral Anual

7. Quais dos seguintes assuntos são debatidos nessas reuniões

Construção das infraestruras¹²

Estradas Escolas Hospitais Fontenárias Orfanatos Outros

Em caso de outros especifique _____

Agricultura familiar

Pequenas machambas mecanizada

Construção/manutenção de sistemas de rega e drenagem

Liderança da comunidade

8. A comunidade participa na preparação, execução e na tomada de decisão dos planos do desenvolvimento do distrito?

- Sim Não Não está informado

9. Alguma vez você ou conhece alguém que foi consultado pelo Governo distrital para dar sua opinião sobre os melhoramentos das infraestruturas do distrito?

- Sim Não Não está informado

Em caso afirmativo dê pelo menos 3 exemplos

1. _____

2. _____

3. _____

10. Acha que a voz da comunidade é respeitada pelas autoridades locais?

- Sim Não Não tem certeza

Em caso negativo mencione 2 razões por detrás disso

1. _____

2. _____

11. Em princípio o Administrador distrital deveria colaborar com os conselhos consultivos locais para consultar à comunidade. Esses conselhos têm pessoas eleitas ou indicadas

¹² Pode seleccionar mais de uma opção

pela comunidade para ajudarem a definir as prioridades da comunidade onde se inserem. Esses conselhos são, por vezes, conhecidos por conselho consultivo Distrital, Conselho Consultivo do posto administrativo, conselho consultivo de localidade e conselho local da povoação.

A área onde vive tem um desses conselhos locais?

- Sim Não Não tem certeza

12. Você é membro ou conhece alguém que é membro do conselho local?

Sim Não Não tem certeza

13. Como os membros do conselho local foram selecionados?

- Voluntariaram-se Eleitos Nomeados pelo Governo Distrital
- Nomeados pela autoridade local Não está informado Outro
- Em caso de outro especifique: _____

14. Sabe para que serve o governo local:

Resolver os problemas da comunidade

Transmitir os problemas da comunidade ao Governo distrital

Não tem comentários

Outro . Especifique: _____

15. Acha que os membros do conselho local representam os interesses da comunidade nas decisões que tomam?

- Sim Não Não sabe Prefere não responder

a) Se respondeu sim na pergunta anterior, mencione pelo menos uma decisão tomada que representou o interesse da comunidade

16. Na sua opinião quem beneficia-se mais das decisões do conselho local?

Toda comunidade Apenas os membros do conselho local

Apenas os amigos/familiares dos membros do conselho Local

Os funcionários do Governo Distrital

Não está informado

Prefere não comentar

Outro. Especifique: _____

17. Já ouviu falar do Fundo de Investimento de Iniciativa Local(FIIL), vulgus 7.000.000,00 MZM?

- Sim Não

18. Em caso afirmativo o que acha desse fundo?

Ajuda bastante a comunidade Foi boa iniciativa do Governo

Não faz diferença a comunidade Prefere não comentar

Outro. Especifique: _____

19. Alguma vez você ou conhece alguém que teve acesso aqueles fundos?

- Sim Não Não está informado

20. Em caso afirmativo teve/tiveram porque:

Apresentaram projectos credíveis Não havia critérios claros

Tinham aliança com o Distrital

Tinham aliança com os conselhos locais Eram naturais

Outro. Especifique: _____

21. O Governo Distrital respeita as decisões/opiniões do conselho local?

- Sempre As vezes A maior parte das vezes
- Sempre impõem Não está informado

22. Na sua opinião acha que FIIL na sua família ou alguém que voce conhece nos 3 últimos anos teve um impacto positivo?

- Sim Não É prematuro tirar conclusões Não está informado

23. Em caso afirmativo o FIIL teve um impacto positivo porque:

Acesso a saúde Acesso a educação Oportunidades de emprego

Promoveu o comércio Promoveu a criação de animais

Promoveu pequenas indústrias Promoveu a produção agrícola

Operacionalizou um sistema de regadio Manuntenção de vias públicas

Outro. Especifique: _____

23a) Pode mencionar pelo menos 3 projectos financiados pelo FIIL nessa comunidade?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

24. As pessoas/agentes financiadas garantem o reembolso nos prazos estabelecidos?

- Quase todos eles Alguns deles Nenhum deles Outro

Em caso de outro especifique: _____

25. Quais são problemas que enfrentam com os FIIL?

Pobre ambiente de negócios Falta de unidade de processamento dos produtos primários
Falta das instituições de microfinanças Falta de cultura de poupança Problemas de gestão Outro

Em caso de outro especifique: _____

Modelo B3 – Sumários de questões endereçadas aos entrevistados

A. Sumários de questões ao Assessor de Planificação de Finanças Descentralizadas em Nampula: Sr. Vicente Paulo

1. Qual é o conceito politico e legal do FIIL?
2. Em que contexto o FIIL foi inserido na Província de Nampula?
3. Qual é o historial de processo de finanças descentralizada na Província de Nampula?
4. Qual é o distrito, para efeito de estudo de casa recomenda e porquê?
5. Que avaliação faz da gestão do FIIL a nível da província, concretamente sobre o impacto no emprego, produção de alimentos e actividade de geração de renda?
6. Quais os níveis de reembolso dos fundos por distrito a nível da província?

B. Sumário de questões ao Administrador do Governo Distrital: Sr. Agostinho Chelua

1. Qual é o conceito politico e legal do FIIL?
2. Em que contexto o FIIL foi inserido no distrito?
3. Quais são os mecanismos e os processo de gestão adoptados pelo Governo Distrital em torno do FIIL?
4. Qual é a forma e o nível de participação das comunidades locais na gestão do FIIL? Qual a inserção do género nesse assunto?
5. Qual é a ligação que existe entre o FIIL os sectores de saúde, obras públicas e de mulher e acção social do distrito?
6. Em que medida o FIIL contribuiu para a concretização dos objectivos de desenvolvimento económico e social do distrito?
7. Quais são os níveis de segurança alimentar e nutricional do distrito? O que tem sido feito para melhorar o acesso dos alimentos pelas comunidades desfavorecidas?
8. Na sua governação sente que há algum alinhamento entre os objectivos que a Administração Local está seguir
9. Que desafios espera e que recomendação deixaria para melhoria da gestão do FIIL nos próximos anos?

C. Sumário de questões endereçadas ao Director dos Serviços das Actividades Económicas

1. Qual a avaliação que faz da evolução da produção agrária no contexto do FIIL?
2. Quais foram ou são os principais constrangimentos da gestão do FIIL tanto por parte da administração local como por parte dos respectivos beneficiários?
3. Qual é o mecanismo de monitoria e de prestação de contas por parte dos beneficiários do FIIL
4. Quais são os níveis de segurança alimentar e nutricional do distrito? O que tem sido feito para melhorar o acesso dos alimentos pelas comunidades desfavorecidas?
5. Quais os níveis e os constrangimento da comercialização agrária e seu papel na dinamização da produção agrária?